

1935-1937

# PORTUGAL COLONIAL



N.º 47

ANO  
QUARTO

\*

Janeiro

1935

BOTELHO

XXXI

Revista mensal de propaganda e  
expansão do Império Português

1.<sup>A</sup> EXPOSIÇÃO  
COLONIAL PORTUGUESA

PUBLICAÇÕES EDITADAS

OBRAS DE ESTUDO, INFORMAÇÃO, ETC.  
SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS

ETNOGRAFIA ANGOLANA

PELO ENGENHEIRO

*FERNANDO MONIA*

ANGOLA INTANGÍVEL

PELO TENENTE-CORONEL

*ALBERTO DE ALMEIDA TEIXEIRA*

DESCOBRIDORES PORTUGUESES

POR

*EDGARD PRESTAGE*

HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA

POR

*GOMES DE BRITO*

EDIÇÃO POPULAR

INFORMAÇÃO ECONÓMICA DO IMPÉRIO

VOLUMES PUBLICADOS:

CABO VERDE — ANGOLA — MOÇAMBIQUE

DEPOSITÁRIOS EM LISBOA:

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

Rua Augusta, 44

NO PORTO

LIVRARIA SIMÕES LOPES

Rua do Almada, 119



**DIRECTOR**  
**HENRIQUE GALVÃO**  
SECRETÁRIO DA REDACÇÃO  
F. ALVES DE AZEVEDO  
ADMINISTRADOR E EDITOR  
ANTÔNIO PEDRO MURALHA

**SEDE**  
**RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º**  
Endereço Telegráfico  
«MINERVA»  
TEL. 2 4253  
Propriedade da Empresa  
**PORTUGAL COLONIAL**

**PREÇO AVULSO**  
Metrópole..... 3500  
Colónias..... 4500  
(ASSINATURAS)  
Metrópole (6 meses)... 18500  
Colónias (6 meses)... 24500

COMPOSTO E IMPRESSO  
OTTOSGRAFICA LIMITADA  
Conde Barão, 50 — LISBOA  
Visado pela Comissão de Censura

Revista de propaganda  
e  
expansão colonial  
FUNDADOR: HENRIQUE GALVÃO

**SUMÁRIO**

CARTA DE PORTUGAL PARA AS PROVÍNCIAS DE ALÉM ...	<i>Dr. Agostinho de Campos</i> <small>Professor, escritor e jornalista</small>
INVESTIGAÇÃO GEOLÓGICA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS.	<i>Fernando Mouta</i>
SÍNTESE DA ACTIVIDADE COLONIAL EM 1934. ....	<i>F. Alves de Azevedo</i>
INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO PARA ORFÃOS. ....	***
PÁGINA LITERÁRIA — O AVISO DO REDENTOR.....	<i>Berta Leite</i>
VIAGENS DE SOBERANIA.....	<i>Nunes dos Santos</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE .....	<i>Camille Fidel e ***</i>
CRÓNICA DO MÊS .....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS .....	***
INFORMAÇÕES, ETC .....	***
ESTATÍSTICA.....	***

# Carta de Portugal

## para as Províncias de Além

Pelo dr.  
Agostinho  
de  
Campos

**H**AVE a big stick and talk gently, ou, em *razoável português*: Cacete na mão e falias doces. Esta é a boa receita imperial dos Britânicos, para uso interno e externo dos povos de várias raças que eles dominam por esse mundo. Mas não serve ainda assim para todos.

Na África do Sul recomenda-se um tratamento menos açucarado: o Keep them down, que é como quem diz: Não levantem cabeça. Aí tem o S. Miguel loiro de carregar bem com o pé no pescoço do dragão negro. Aí apresenta-se o caso diversamente, e a doutrina, por sinal, não traz só o selo britânico, senão também o holandês ou afrikander.

Permite o clima sul-africano a colonização de povoamento branco. Famílias boers com três séculos de estabelecimento no Cabo fizeram daquelas regiões temperadas uma pátria que consideram sua, muito mais sua que dos negros deslocados. Mas os negros são por lá (números redondos) 4.500.000, e os brancos um terço apenas deste número...

Motivos históricos e religiosos contribuíram para formar a mentalidade branca da África do Sul em face do negro. Protestantes e calvinistas, os povoadores europeus iniciais afeiçoaram às circunstâncias a sua religião ou religiosidade: compenetrando-se essencialmente do Antigo Testamento, subindo-lhes à cabeça a dura epopeia da penetração, vieram a considerar-se como novo Israel, espécie de povo eleito, e a ver nas tribos autóctones outros tantos Cananeus ou Amalecitas, condenados a desaparecer diante da raça predestinada. Assim o diz Raul Allier; e é certo que muita vez pagaram o terreno com o sangue e a vida, como quando, em 1838, mais de seiscentos boers—homens, mulheres e crianças—foram chacinados à traição por zulus ou vátuas na região do Natal.

Existe pois nos colonos das duas origens, britânica e holandesa, o ideal de constituir uma «África do Sul branca»—White South Africa. E existe ali, muito mais concretamente, um pro-

blema de incompatibilidade de raças e côres, cuja solução, se alguma houver, nos aparece ainda confusa e distante, por entre as neblinas do futuro. Contudo já o presente vai consentindo, senão ainda o luxo da profecia, as saborosas e inofensivas orgias da meditação.

Estará o Leitor de-certo bem lembrado daquela parede revolucionária de Johannesburgo, nos princípios de 1922, à qual as nossas gazetas europeias deram côr de revolta dos negros, e que foi precisamente o contrário: uma reivindicação violentíssima de operários brancos, acompanhada de morticínio de vários indígenas, e cujo objectivo consistia em assegurar aos brancos, ainda quando estes se revelassem incapazes, os bons empregos e os melhores salários, recusando-os aos trabalhadores negros, por maior competência e assiduidade de que houvessem dado provas. Nobreza de côr e socialismo racial, para edificação (aliás impossível) de ideólogos devoradores de abstracção, em cujas teorias não abrem brecha as mais contundentes realidades.

Outro caso típico é o daquilo a que na União se chama The native Land Act amended, proposta de lei apresentada pelo general Herzog em 1927, interminavelmente discutida, e cujo espírito se resume em condenar os indígenas à condição de párias ou escravos sem nenhuma esperança de remédio.

Mas há também a solução elegante, mais consentânea (pelo menos à superfície) com a prosápia moral de povos cristãos e exportadores de Cristianismo. Consiste na artimação de cada mocho em seu soito—brancos para um lado e pretos para outro, ou a fraternidade cristã em compartimentos quanto possível estanques.

Não é nova essa ideia de criar em África um black Dominion, ou Estado negro, sob a soberania imperial britânica; mas acaba de obter refresco de actualidade, graças ao último relatório anual do coronel Carbutt, comissário dos negócios indígenas da Rodésia, que propõe o seguinte: fundação, ao norte do Zambeze, de um Estado constituído pela Rodésia do Norte, mais o protectorado da Niassalândia, mais o Tanganica, mais a Uganda. Limites: a oeste o Congo Belga; a sudeste Moçambique; a nordeste a Kénia. A imprensa da África do Sul, e agora o próprio Times, recebem com simpatia este plano colossal de transplantação de negros aos milhões.

Aliás, se não erramos, germinou primeiro tal

# Investigação Geológica das Colónias Portuguesas

POR FERNANDO MOUTA

*Engenheiro de Minas I. S. T., da Repartição de Minas de Angola*

**D**ENTRE os ramos de investigação científica da História Natural aquele que mais directamente pode influir no desenvolvimento económico, é, sem dúvida, a Geologia.

É desnecessário encarecer o seu alto significado e ao mesmo tempo o seu papel importante no conhecimento dos países novos, como podem considerar-se hoje ainda as nossas colónias.

O seu aproveitamento racional a esse campo está muito intimamente ligado: estudo dos solos e das minas.

A sua importância na Colonização é confirmada de uma maneira flagrante na história dos Estados Unidos, das Repúblicas da América Latina, na Austrália, na África do Sul e mesmo ainda no Brasil e nas nossas Colónias de África nos séculos XVI e XVII.

Numa conferência notável feita na Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo Eng. Lourenço Malheiro, sobre *Explorações Geológicas e Mineiras nas Colónias Portuguesas*, em 1881, o problema foi mostrado com todo o relêvo; hoje, meio século passado, tem a mesma oportunidade e a mesma urgência de resolução.

Embora a investigação geológica tenha merecido nos últimos doze anos um pouco mais da nossa atenção, dela se ocuparam até então muito mais os outros; mas é indispensável não deixar perder o que se começou depois de tantos anos de marasmo, que se lhe dê seqüência e estabilidade.

Para findar esta introdução limitar-me-ei a transcrever alguns períodos da mesma conferência, que traduzem completamente a nossa maneira de pensar:

*Fala-se muito das riquezas mineiras de África e*

*eu conheço com efeito muitas amostras que provam a existência de jazigos metalíferos. É necessário porém estudá-los para que se saiba quais são as suas condições económicas e quais as garantias que elles podem offerecer; sem isto, estou convencido que ninguém arriscará os seus capitais em tais emprêsas.*

*O reconhecimento geológico resolverá definitivamente a questão. Se a existência dessas riquezas fôr comprovada dum modo bem seguro, as despesas ocasionadas por um tal serviço serão largamente compensadas pelo desenvolvimento industrial que necessariamente deve promover.*

*Mas dada mesmo a hipótese de não poder constatar-se a existência de jazigos metalíferos em condições úteis, ficaria sempre o reconhecimento geológico-agrícola, como elemento indispensável para os progressos da agricultura das nossas colónias, e, além disso, uma soma importante de dados e informações de grande valor prático para a criação e desenvolvimento de muitas indústrias que tiram da terra as suas matérias primas.*

Queremos dar em seguida resumidamente, a descrição do que se tem feito nas nossas colónias neste campo, o que se faz nas colónias estrangeiras e ainda uma idea para resolver por enquanto, com a maior modéstia e economia, o problema da sua continuidade.

## I—O que se fez nas colónias portuguesas

As investigações geológicas das nossas colónias só nos últimos anos têm tido uma acentuada característica nacional, notando-se até então a predominância dos trabalhos estrangeiros.

---

*plano nas concepções do outro ramo anglo-saxónico: aos Norte-Americanos sorri desde longo tempo a esperança de ficarem emfim sós na América, depois de empurrados para a África originária os dezasseis milhões de negros que lá teem, inassimilados e indigeríveis.*

*Tudo isto nos mostra que o mundo vindouro terá muito que ver, nas últimas perspectivas dos efeitos da colonização europeia e do enxêrto dos costumes ocidentais por todos os continentes e ilhas do nosso planeta sarapintado.*

*Com os Amarelos occidentalizados; com Árabes e Índios levemente tintos de cultura saxónica ou latina; com a electrificação vermelha, dura e*

*mágica dos 160 milhões de Russos de Estaline; com uma América Central e do Sul onde o Inca e anexos já começaram a devolver dos estômagos mal preparados as pílulas de casquinha peninsular ingeridas desde o século XVI—com toda esta acção contrariadora da natureza profunda do bicho homem, não é fácil prever as reacções complicadas que o futuro trará, nem o que venha a ser dentro de um ou dois séculos o destino da Europa, da raça branca e, de modo geral, como se pintará o mundo variegado em que nascemos.*

*Esperemos em Deus que não será tão feio como actualmente se está pintando a si próprio.*

## Açôres e Madeira

Num «*Ensaio critico sobre a bibliografia geológica*» do Arquipélago, de Canto e Castro (1891), são citados *dezasseis autores estrangeiros*, alguns com trabalhos fundamentais (Ashe, Webster, Buch, Morelet, Drouet, Fouqué, etc.) e apenas *três portugueses* (Gaspar Frutuoso, Moúsinho de Albuquerque e o autor).

Posteriormente foram publicados trabalhos de Berkeley Cotter, Girard, F. Chaves e mais recentemente um estudo do eminente vulcanologista I. Friedlander.

Sobre a ilha da Madeira, Ackerman publica em 1910 um volume sob o ponto de vista científico, económico e em 1919, na Sociedade de Geografia de Lisboa, um outro trabalho das suas riquezas minerais.

Há ainda trabalhos de Fincke (1913) e de Gagel (1912-13) que durante alguns anos fez observações sobre o terreno, publicando simultaneamente o resultado de observações anteriores, inéditas, de Fritsch, Stübel, etc.

## S. Tomé e Príncipe

Em 1885 foi enviado pela Universidade de Coimbra, em exploração botânica, Alfredo Moller, que colheu destas ilhas algumas amostras de rochas estudadas mais tarde, em 1921, pelo Prof. Ferraz de Carvalho.

Trata-se, segundo este autor, de «*material deficiente colhido por pessoas sem prática desses serviços, que não têm o valor de uma colecção organizada por quem tivesse o intuito de fazer um estudo regular da geologia da ilha*».

Mais tarde, em 1927, o Dr. Ferraz de Carvalho organiza uma missão geológica, que durante três meses e meio percorreu a ilha, tendo sido algumas notas já publicadas no Boletim da Agência Geral das Colónias (1928).

## Guiné

O pouco que se conhece da geologia desta nossa colónia é das cartas geológicas da África Ocidental Francesa.

## Cabo Verde

Com a publicação recente (1932) do trabalho do Eng. Bebiano, sobre a geologia do arquipélago, a investigação portuguesa marca a sua aparição.

E dizemos aparição porque à parte um trabalho de Brito Capelo (1856) sobre o vulcão da ilha do Fogo, os trabalhos fundamentais são ainda estrangeiros: Darwin (1833), St. Clair Deville (1848), Stübel (1863), Doelter (1882), Friedlander (1913), Henning (1913).

O novo trabalho estuda detalhadamente algumas das ilhas, noutras apenas foram feitos rápidos reconhecimentos e não compreende a ilha do Fogo «*a mais visitada por cientistas estrangeiros que ali vão estudar e admirar o seu magestoso vulcão, um dos mais belos e clássicos do Globo*» (Bebiano).

O estudo petrológico de parte das rochas colhidas foi feito pelo Eng. Amílcar de Jesus e está também publicado nas Comunicações do Serviço Geológico de Portugal.

Ao Eng. Bebiano competiria terminar este importante trabalho; pertencendo porém à Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias e como os trabalhos geográficos se terminaram naquele arquipélago, os seus estudos foram já interrompidos, perdendo-se o seu conhecimento e a sua preparação de meia dúzia de anos neste campo especial.

## Angola

À parte algumas monografias de valor, quasi todas estrangeiras (Gregory, Spath, Thyrrell, Newton, etc.) e dos trabalhos de Choffat sobre colheitas isoladas, são nitidamente portuguesas as investigações ali realizadas para definir o conhecimento que hoje existe da colónia, cabendo ao Eng. Bebiano a primeira síntese feita sobre esses elementos e sobre os seus próprios reconhecimentos.

Angola foi a primeira colónia portuguesa onde existiu um serviço geológico próprio, organizado, que se iniciou em 1922. Os trabalhos realizados foram dados a público recentemente (1933) numa monografia do Ministério das Colónias, a «*Notícia Explicativa da Carta Geológica na escala 1/2.000.000*», feita com a colaboração do Eng. O'Donnell.

A extinção do mesmo Serviço em 1931 veio interromper a marcha de tão importantes trabalhos, que deviam seguidamente, depois deste primeiro conhecimento geral, entrar no estudo dos vários problemas de geologia económica.

## Moçambique

No trabalho de compilação bibliográfica da geologia de Moçambique, publicado pelo Ministério das Colónias, do Eng. Freire de Andrade (1929), pode verificar-se que são citados *cinquenta e quatro trabalhos estrangeiros* sobre a colónia e apenas *doze portugueses*.

Em 1928 a Repartição de Minas começa a efectuar reconhecimentos geológicos e em 1931 contrata um geólogo português.

## ndia

Num relatório oficial do Eng. Gonçalo Cabral, chefe da secção de minas, de 1910, são dadas as primeiras indicações sobre a geologia de Goa. Refer-se o autor a duas monografias portuguesas (Norton de Matos, Neuparth) e a várias estrangeiras (Foote, Oldham, Holland, Fermor, etc.) onde foi colhêr elementos para o seu trabalho.

No entanto há ali minérios de ferro, manganésio, que são explorados.

## Timor

O que conhecemos sobre a geologia de Timor, traços muito gerais, consta dos relatórios dos técnicos estrangeiros (Foxall, Staughton) que ao serviço

da «Timor Petroleum Concessions, Ltd.» visitaram as concessões, em 1914.

Estes relatórios foram publicados num trabalho do Ministério das Colónias pelo Comandante Filomeno da Câmara (1915), em que se chama já a atenção do Governo para a urgência dum reconhecimento geológico e mineiro da ilha, que nunca chegou a efectuar-se.

Em opposição a parte de Timor holandesa tem sido detalhadamente estudada. Trabalhos fundamentais como os de Martin (1907), Verbeck (1900, 1908), Boehm (1908), Wanner (1907, 1911, etc.), Molengraaf (1912), Brower (1914), Welter, foram seguidos a partir de 1929 com completíssimos estudos de detalhe, principalmente de Wanner, mas ainda de Gerth, Basler, Stoley, Bather, Broili, Koperberg, Huene, etc.

Da nossa parte só conhecemos os relatórios citados e ainda outros estudos estrangeiros (Hirschi, 1907, Kutassy, 1933).

Além do interesse que podem ter os afloramentos de matérias bituminosas e petróleos, que existem, seria do maior interesse científico o estudo geológico desta pequena colónia, que em dois ou três anos poderia realizar-se, com o auxílio fornecido pelos trabalhos efectuados na colónia vizinha,

## II—O que se faz nas colónias estrangeiras

### Colónias francesas

A pesar do grande trabalho ali realizado, ainda recentemente, no Congresso de Pesquisas Científicas Coloniais, que teve lugar em Paris (1931), sob a presidência de honra de M. Doumer, M. Lacroix, secretário perpétuo da Academia das Ciências, no seu discurso de abertura diz que:

*Les administrations coloniales ont consacré et consacrent à cet objet des sommes fort importantes, mais il faut reconnaître que cet effort manque de cohésion, de plan d'ensemble et parfois, d'esprit de suite.*

Mais adiante: «*lorsque nous aurons établi nettement un programme de ce qu'il est raisonnable et nécessaire d'entreprendre, sous forme d'un voeu, nous demanderons aux pouvoirs publics de veiller à sa réalisation, sans prodigalité, mais aussi sans mesquinerie, en oubliant pas qu'il est des économies ruineuses et que notre empire coloniale est au jourd'hui suffisamment solide pour que l'on puisse considérer comme clos le régime du provisoire et de l'à peu près.*»

E isto existindo nas suas colónias os serviços e geólogos seguintes:

	Serviços iniciados em:	Serviços reorganizados em:	Geólogos	Colaboradores
Algéria . . . .	1890	1929	3	11
Marrocos . . .	1922	—	5	6
Tunísia . . . .	1912	—	2	—
A. O. F. . . . .	1930	—	12	—
Madagascar..	1924	—	4	—
Levante . . . .	1924	—	2	—
Indochina . . .	1893	—	6	—

Nalgumas existem geólogos que não estão agrupados em serviço próprio:

	Geólogos
A. E. F. . . . .	3
Somália . . . .	1
Camarão . . . .	3
Togo. . . . .	1

Ou seja um total de *quarenta e dois geólogos coloniais*, além de trinta e dois engenheiros de minas. A título de informação, a verba gasta por exemplo nos serviços geológicos da A. E. F. foi no último ano de um milhão e meio de francos.

Para definirmos ainda bem o que tem sido a actividade científica nas colónias francesas diremos que numa bibliografia geológica e mineira publicada por ocasião do Congresso de Washington (1933) e referente aos últimos quatro anos (1929-1933) se encontram para cima de 700 trabalhos.

Os nossos, no mesmo intervalo, representam-se por 10 e num período que pode considerar-se dos mais activos na investigação geológica colonial.

### Colónias inglesas

Não nos referindo nem à União Sul-Africana nem aos domínios do Oriente, onde os meios universitários são tão desenvolvidos como na Europa, existindo Serviços Geológicos, Sociedades Geológicas, Museus, etc., mas apenas às colónias africanas, encontramos:

	Geólogos
Serra Leoa . . . . .	1
Nigéria . . . . .	3
Costa de Ouro . . . . .	6
Sudão . . . . .	1
Somália . . . . .	1
Tanganika . . . . .	4
Uganda . . . . .	3
Nyassa . . . . .	2
Rodésia Norte . . . . .	1
Rodésia Sul . . . . .	8

Um total de *trinta geólogos nas colónias de África.*

### Congo belga

Não há propriamente um serviço geológico do Estado porque as numerosas companhias mineiras têm serviços geológicos próprios e até mesmo publicações (Comité Spécial du Katanga).

No entanto na Sociedade Geológica da Bélgica há uma publicação relativa ao Congo Belga, o Museu Colonial de Tervueren tem também uma publicação própria sobre investigação colonial (todos os ramos) e em 1930 foi criado o Instituto Real Colonial Belga que tem por fim organizar a propaganda colonial no alto ensino, assegurar a ligação entre os diferentes organismos que se ocupam desses estudos e empreender todos os estudos científicos que dizem respeito à colonização.

No Ministério das Colónias foi criada uma comissão de geologia que se propõe publicar, com todos os elementos que vão aparecendo, a carta do Congo Belga.

### III—O que deverá fazer-se, em nosso entender, para continuar a assegurar a investigação geológica portuguesa, realizada nos últimos anos

De tudo o que deixamos escrito se vê a necessidade de intensificar a investigação geológica das nossas colónias e imprimir uma directriz aos trabalhos isoladamente feitos, assegurando-lhes seqüência, cuja utilidade será indiscutível.

Numa outra comunicação feita ao Congresso Colonial damos as bases para a criação de um «Instituto de Investigação Científica Colonial», que nos parece ser empreendimento a que o Estado Novo deve meter ombros, sem demora. O Museu Colonial também deve ser criado.

Não sendo possível, sem grande despesa, serviços geológicos privativos em cada colónia, cujo grau de adiantamento cultural ainda não permite efectuar todos os trabalhos de investigação, nem existindo ainda os organismos que atrás nos referimos, parece-nos indispensável que êsses estudos se prossigam e para isso lembramos:

1—Criar nos Serviços Geológicos de Portugal uma SECÇÃO COLONIAL e MUSEU.

Cada colónia teria a sua sala, sendo utilizados os laboratórios, a biblioteca (a mais completa do País), pessoal auxiliar dos Serviços.

As despesas de instalação e conservação deveriam ser feitas pelo Ministério do Comércio.

2—Criar no Ministério das Colónias os lugares de GEÓLOGOS COLONIAIS. E assim se poderia assegurar a continuidade dos estudos por pessoal habilitado.

3—Durante seis meses em cada ano, seriam feitos trabalhos de campo nas colónias e os trabalhos de gabinete, na Metrópole, nos outros seis. Tôdas as despesas dêsses trabalhos seriam feitas pelo Ministério das Colónias e respectivas colónias.

4—A SECÇÃO COLONIAL teria uma publicação própria: secção COLÓNIAS das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.

Também paga pelo respectivo Ministério ou pelas colónias quando as monografias fôsem mais dispendiosas.

5—Nas colónias seriam criados e organizados pelos geólogos, pequenos museus onde seriam expostas as colecções estudadas, para poder servir de base consultiva.

---

# Síntese da actividade colonial

EM 1934

POR F. ALVES DE AZEVEDO

**F**ALAR na obra realizada no ano de 1934 sôbre o ponto de vista colonial é acima de tudo pôr em relêvo a acção do Sr. Dr. Armino Monteiro na pasta das colónias.

Todos os acontecimentos notáveis deste ano tão glorioso para o nosso presente como potência colonial, trazem de longe ou de perto a marca, o selo da sua iniciativa.

Sem nos demormos a falar nesses esplêndidos triunfos que foram a Exposição Colonial do Porto e a nossa participação na Exposição de Arte Colonial de Nápoles cuja repercussão os nossos leitores certamente conhecem dos jornais, e que permitiram tanto em Portugal como em Itália um contacto directo com o problema colonial português, que tão afastado ainda se mantinha das preocupações portuguesas tanto como do conhecimento da gente italiana, mostrando num e noutro caso duma maneira decisiva o valor de uma propaganda eficiente e bem orientada, desejamos salientar que o ano de 1934 no plano colonial foi fértil pelo menos para nós portugueses não só em acontecimentos de um alcance inapreciável como em ensinamentos que devem valorizar perante a nossa inteligência, a importância e a utilidade que resulta para um país da circunstância de possuir colónias.

Em 1934 se realizaram e completaram no nosso império grandes obras de engenharia e hidráulica como a ponte do Zambeze, que virão sem dúvida a ter um extraordinário alcance de futuro.



O flagelo da miséria que se abateu sôbre a Europa e a América mostra bem que se o ouro não é uma quimera não deve ser considerado em todo o caso como uma panaceia ou remédio universal para todos os males.

Qualquer país que não possa viver sôbre si próprio, sôbre os seus próprios recursos, que não possa cobrir o *déficit* dos capitulos económico ou orçamental pelas mais valias de um outro capítulo é um país em posição falsa certamente delicada e talvez perigosa.

A política financeira do império realizada com denodo e são critério conduziu ao equilíbrio dos orçamentos coloniais de 31-32, 32-33 e finalmente a sua consolidação com o orçamento de 33-34.

Operou-se desta maneira a reconstituição de ordem financeira geral; ultimando-se assim a liquidação do passado.

A doutrina de que o equilíbrio e a prosperidade, corolário do equilíbrio deve provir de cada colónia em particular, quer dizer que é imprescindível que cada uma das unidades que compõem o nosso império encontre em si própria os meios dinâmicos da sua actividade e da sua valorização verificou-se absolutamente certa, e têm na prática dado os melhores resultados. Esta preposição parece-nos de singular importância numa época como a presente em que as matérias primas sofrem de uma grave de-

preciação, mesmo aquelas que não se encontram se-  
não nas colónias.

Outra conclusão agradável a que podemos che-  
gar é a de que o nosso império cuja estrutura é  
principalmente de essência agrícola — a indústria  
ainda está num estado embrionário — chegou a um  
grau de desenvolvimento que muitos países novos  
poderiam invejar-lhe.

Esta verificação reconfortante que quem quer  
pôde fazer através de documentação estatística en-  
viada à Exposição do Pôrto revelou-nos entre outras  
coisas a técnica e os progressos das nossas instala-  
ções culturais e mesmo industriais, que atestam duma  
maneira evidente a vitalidade do nosso império ao  
mesmo tempo que fazem o espanto do visitante es-  
trangeiro. O desenvolvimento prodigioso que se ve-  
rificou em tôdas as nossas colónias mau grado a  
crise, a acentuação para lá dar previsões mais ou-  
sadas e optimistas do ritmo da prosperidade, o au-  
mento do poder de compra, reconhecido mesmo  
pelos estrangeiros, fazem ou devem fazer o orgulho  
português.

Estes progressos reveladores, é claro, de uma  
capacidade particular,—qualidade assaz celebrada  
da nossa raça—são devidos sem dúvida à energia e  
à inteligência de todos os colonos portugueses e no-  
meadamente aos esforços dos comerciantes e ho-  
mens de negócios que asseguraram à produção ul-  
tramarina uma saída satisfatória.

Semelhante impulso de energia criadora foi, é  
claro, admiravelmente secundada pelo govêrno me-  
tropolitano que procurou legislando de maneira  
adequada fazer a aproximação comercial das colónias  
com a metrópole e daquelas entre si. Finalmente  
as leis que se referem às transferências de Angola,  
Moçambique e Timor procuram resolver o pro-  
blema.

A realização de idea imperial pela carta orgâ-  
nica do Império e a reforma administrativa Ultra-  
marina que o colonialista belga Gelders classificou  
de monumental construção de direito, público e  
administrativo teve finalmente em 1934 a sua magni-  
fica consagração. Muitos outros factos poderia no-  
mear significativos do bom senso e de sã política  
que no último ano tiveram lugar.

Apenas desejamos referir a assinatura da con-  
venção Luso-Transvaliana de que resultaram impor-  
tantes vantagens para a colónia de Moçambique e  
para o País, e a criação dessa esplêndida revista de  
propaganda de Arte e literatura colonial «O Mundo  
Português» que agora faz um ano de existência.

Muitas outras manifestações da intensa activi-  
dade levadas a cabo no último ano pelo Ministério  
das Colónias se poderiam ainda mencionar. O relato  
que fizemos basta porém para elucidar o metropoli-  
tano em geral tão alheado do que passa no campo  
de actividade colonial, que mal deu fé da enorme  
tarefa já realizada e nem suspeita sequer do traba-  
lho que se tem despendido ultimamente, para poder  
fazer um pouco de justiça...

#### Movimento Comercial da Companhia de Moçambique

Segundo o boletim da Agência Geral das Colónias, a Com-  
panhia de Moçambique durante o ano de 1933 teve um movimento  
comercial geral de 38.737 contos, dos quais 30.977 foram de trãnsi-  
to, 1.879 de importação e 1.503 de exportação, cifra esta rela-  
tivamente importante, sendo dela 462 contos de mercadorias do  
território.

## “PORTUGAL COLONIAL”

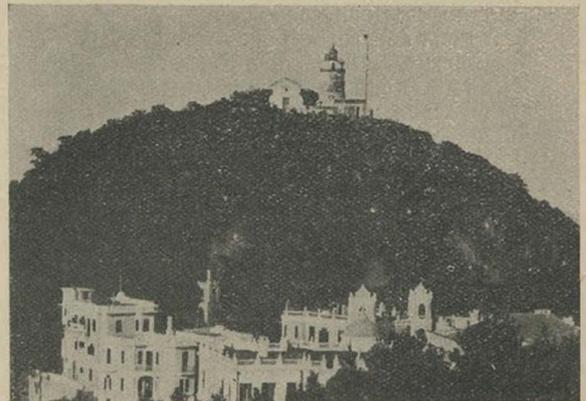
Para melhor corresponder aos fins para  
que foi criada e ao interêsse dos nossos lei-  
tores, que lhe garantiram quatro anos de vida,  
a «PORTUGAL COLONIAL», ao entrar no seu  
quinto ano de existência, vai beneficiar de  
algumas modificações.

O seu formato, incómodo já hoje, vai ser  
alterado de forma a tornar-se mais manuseá-  
vel e prático.

Novas secções vão ser introduzidas e ou-  
tras desenvolvidas: Assim criar-se-á um con-  
sultório de assuntos coloniais, em que serão  
publicadas tôdas as respostas às consultas  
que os nossos leitores desejarem fazer-nos e  
que funcionará como uma secção de informa-  
ções; serão montados eficazmente serviços de  
procuradoria e agência para serviço dos nos-  
sos leitores e assinantes; serão desenvolvidas  
as secções de informações do estrangeiro e a  
estatística colonial.

O primeiro número do novo formato será  
o de Março. Recebem-se desde já, na redacção,  
consultas que nesse número serão respondi-  
das, sem qualquer encargo para o consulente.

Os serviços de procuradoria e agência se-  
rão prestados mediante uma pequena taxa e  
encarregam-se de tôdas as comissões que os  
leitores, assinantes e anunciantes da «POR-  
TUGAL COLONIAL», residentes na província  
ou nas colónias, lhes queiram confiar,



MACAU  
O Farol da Guia

# Instituto de Colonização para orfãos

**D**A Exposição Colonial do Pôrto e congressos que lhe serviram de remate, pode o leitor culto tirar conclusões preciosas sôbre a marcha da futura política ultramarina.

Portugal tem uma missão única no mundo: é fundador de impérios!

Organizou o Império da Índia, mas, perdeu-o porque vicissitudes várias impediram que seguissem para tão longe os portugueses. Criou o Brasil e viu triunfar, não obstante a ofensiva dos seus inimigos, a fé, usos e costumes dos seus maiores, a sua tradição e cultura, porque o sôbe colonizar com bons e valentes portugueses.

Que a experiência do passado nos sirva de guia seguro para o rumo a seguir no futuro.

Moçambique e Angola serão dois futuros impérios lusitanos ou, com mais propriedade, dois ramos florescentes do nosso Império Colonial, se para êles soubermos canalizar os braços devidamente apetrechados para o trabalho, gerador da riqueza.

Estamos, porém, muito longe da realização daquele ideal, que levou à definição jurídica do Império Colonial português.

—Por falta de recursos pessoais?

—Responde um dos conferentes mais ilustres do último congresso de colonização, Sr. Dr. Penha García:

A emigração portuguesa é uma das mais importantes da Europa e apresenta variações que chegam a atingir 60 por cento de ano para ano e é quasi sempre definitiva. A proporção de crianças de menos de catorze anos atinge 1/4 da cifra total, tornando-a notável entre as emigrações europeas como destruidora de família. A emigração portuguesa é quasi exclusivamente proveniente do norte do País e tem sido absorvida pelo Brasil na sua quasi totalidade. Nos últimos cinqüenta anos, a massa demográfica portuguesa tem-se desenvolvido favoravelmente em relação a outras Nações com forte emigração.

A emigração para as colónias não empobrece em homens a Nação. Essa emigração é, contudo, deminuta, o que representa grave perigo para o futuro dos nossos domínios. A massa demográfica portuguesa reúne os elementos necessários para garantir uma vasta expansão colonial; importa fortalece-la, agindo sôbre as causas da sua relativa pobreza fisiológica (mortalidade infantil, tuberculose, etc.) e do baixo índice social (desagregação da família rural, instrução e educação).

São para notar as afirmações do ilustre sociólogo, corroboradas por considerandos de vários congressistas presentes.

A província de Angola, com uma extensão territorial de 1.250.000 quilómetros quadrados, dispõe

duma população branca inferior a 60.000 almas. É diminutíssimo gráfico populacional, menos de um habitante europeu por unidade de 20 quilómetros quadrados para que à riquíssima e vasta colónia, possamos aplicar o qualificativo sedutor de Império.

Sôbre a Africa Oriental, fala-nos o ilustre colonialista, Sr. Cor. João Alexandre Lopes Galvão:

Considerando as condições em que vive a população branca de Moçambique, o seu pequeno número em relação à extensão territorial e à necessidade de ocupar o mais rapidamente possível as zonas colonizáveis;

Concluimos pelo seguinte: É indispensável e é urgente intensificar a acção colonizadora e de povoamento daquela vasta província da Africa Oriental.

De facto, para atingirmos a realidade visionada pelo Estado Novo, sonho de todos os verdadeiros portugueses, carecemos de pôr em equação, desde já, o problema do povoamento de todo o nosso Ultramar.

Importa reatar as tradições do povo colonizador e ilustrar o nome português, canalizando para lá o que temos de melhor, a nata da lusa gente.

É por meio de colonos criteriosamente escolhidos, como o fizemos para os Açores e Madeira e não com o refugio da nação, que devemos povoar as nossas possessões.

Mandemos para lá das melhores famílias portuguesas.

É necessário, de necessidade urgente, se não quizermos ter o desgosto de ver os mais belos rincões das nossas colónias ocupadas pôr estranhos elementos, pensar a sério na fundação duma obra de colonização na Metrópole, patrocinada pelo Estado, que dentro em breve garanta às nossas colónias o melhor sangue português.

Diversos e numerosos alvitreos têm sido sugeridos para esse efeito na imprensa, na rádio e até directamente ao Governo português; mas nenhum se me afigura tão facilmente realizável e prático, como o apresentado no referido congresso pelo erudito missionário, Rev. J. Alves Terças.

Da \*memória\*, já conhecida de muitos dos nossos leitores, transcrevemos os seguintes períodos:

A extensão territorial do nosso Império Ultramarino está reclamando a fundação de uma obra colonizadora de sangue novo, a que podemos dar o nome de *Instituto de Colonização para Orfãos*.

A criação duma obra desta natureza cabe dentro dos objectivos que levaram à organização da Exposição Colonial do Pôrto e deve constituir um padrão de ouro que assegure a perpetuidade do esforço nela expendido.

Seriam recolhidos nessa Instituição os rapazes orfãos e abandonados. A educação dêles, tôda subordinada aos fins da coloni-

(Conclue na página 10)

# Página literária

ERA a noite de Natal de 1499. Sossegadamente sentado a um canto do aposento da casa que habitava em Lisboa,— Bartolomeu Dias inclinou-se mais para a lareira rememorando a sua vida passada.

Como era diferente da franca simpatia que lhe testemunhara D. João II a frieza com que D. Manuel I se comprazia em lhe reservar missões nitidamente inferiores!

Na primeira viagem à Índia ordenara-lhe que acompanhasse Vasco da Gama só durante algum tempo, e, que, seguisse depois para a Costa da Mina. Para a futura expedição a Calecut acabava de lhe destinar apenas o comando dum navio, porque para Chefe da Frota nomeara já Pedro Álvares Cabral.

Fôra-lhe trazida momentos antes a dura notícia que tolerara impassível como punhalada traiçoeira de que o sangue não jorrasse porque já morto fôsse o coração. E tendo visto afastar-se o vulto hostil do falso amigo que em voz meliflua e ôcas contumélías lhe viera pedir alviçaras pela retumbante nova, teve um suspiro de alívio.

«Glória a Deus no Céu e paz na terra aos homens de boa vontade» exclamou quasi resignadamente, refugiando-se na beleza do Evangelho daquele dia que ia nascer.

E gosando amplamente o ensejo de estar só, recolheu-se mentalmente em novo exame de consciência.

Não seria feita de orgulho proveniente da glória de que o cobria a Pátria assombrada com a sua esforcada passagem do Cabo das Tormentas, a mágoa que o lacerava pela injustiça de el-rei?

De súbito duas lágrimas quentes rolaram em silêncio pelas suas faces amarguradas, como que a esclarecê-lo sobre os seus próprios sentimentos.

Atraído pela chama crepitante do lume a que se aquecia, julgou ver nela o símbolo da amizade de D. João II, que brilhava como um clarão de justiça divina na vida dos seus súbditos.

E o grande navegador levando instintivamente a mão ao peito cansado de incobertas injúrias, não queria no entanto atenuar a dor sincera que o alcançava.

«Padece, bradou tristemente falando comigo mesmo, padece que a tua saúde é santa».

Uma hora depois comungando na igreja mais próxima, à missa da meia noite, Bartolomeu Dias prostado diante da imagem enternecedora de Jesus menino, implorava a Graça de reaver a serenidade

## O AVISO DO REDENTOR

Para a página literária da Revista "Portugal Colonial," mais natural seria destinar um trabalho que visasse a África—que o conto inédito que foca o Descobrimento do Brasil.

A minha intenção porém procurou pôr mais em relêvo o Descobridor que o Descobrimento, segundo o ponto de vista que Portugal não deve apenas vangloriar-se das realizações mas também orgulhar-se dos realizadores.

Portugal antigo dormia sobre os Descobrimientos.

Portugal moderno acorda para os fazer respeitar.

Honra aos que o despertaram.

de espírito a que todos temos direito, e, oferecia ao Senhor, a vida que lhe restava, para que, sem o consôlo das míseras compensações pessoais, acrescentasse os seus serviços e trabalhos ao esplendor da Pátria querida.

Era perfeita a sua abnegação ao engrandecimento de Portugal.

De volta a casa não tocou na ceia e, depois de se ter assegurado que eram já cinzas as achas de lenha que tão gostosamente vira arder na chaminé foi repousar num sono pesado e forte das mortificações sofridas. Então inesperado e estranho um sonho lindo veio pô-lo em alvoroço o resto da noite.

Era Jesus que lhe sorria e o guiava na sua próxima viagem, levando o seu navio a uma terra cujo descobrimento constituira uma das maiores glórias de Portugal.

E enquanto navegavam para oeste, fazia o Salvador repetidas vezes o sinal da Cruz como que a indicar-lhe que só à Fé obedecesse.

Desde então o insigne Descobridor português acreditando firmemente na prevenção do Senhor, aguardava com tão visível impaciência a sua realização, que recuperara a alegria de viver.

Mas nada confiou a ninguém por respeito à tradição popular que, decerto baseada em malévolo poder de mesquinhas emulações, diz que sonho contado é sonho desfeito.

Designado para Capelão da armada de Pedro Alvares Cabral, o doutíssimo Frei Henrique de Coimbra aportara já a missão franciscana primeira que ia à Índia para onde só partira ainda e por terra, a de Frei João de Monte Corvino em 1296 (1).

Escolheu entre os irmãos de que tanto se orgulhava de ser o Guardião, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão Guimarães, Frei João da Victória que com outros mais deviam acompanhá-lo. Estes bons religiosos—sabia-o de sobejo—não iriam unicamente dignificar a causa cristã, mas também honrar a raça portuguesa que a tantos homens vinha ensinando a ser humanos.

E no dia 8 de Março de 1500, procedendo-se às cerimónias das despedidas oficiais, D. Manuel I que de todos os modos procurou cumular de atenções Pedro Alvares Cabral, chegando a tê-lo consigo

(1) "Paraíso Místico da Ordem de S. Francisco," por Frei António Caetano de S. Boaventura.

dentro da cortina da tribuna onde assistiu à missa, observava curiosamente Bartolomeu Dias.

Não tendo nunca perdoado o desgosto que nele vira tão sincero pela morte de D. João II, deleitava-se em lhe mostrar quanto era superior em favores largamente concedidos aos que alcançavam agradecer-lhe, — o merecimento da sua graça.

Mas vendo-o sempre tão alheio ao ciúme que não se aborrecia de provocar, sentia-se cada vez mais irritado pelo insucesso dos seus manejos.

Finda a solenidade, quando já tremulavam nas caravelas ancoradas, os estandartes da Cruz, em seguida a Pedro Alvares Cabral, todos os outros comandantes avançaram para beijar a mão do seu Rei e Senhor.

Chegada a vez de Bartolomeu Dias, reparou o Soberano que a simplicidade do seu trajo brigava com o luxo que luzia nas embaixadas reais, e, era exigido até aos sacerdotes marinheiros.

Faltou no entanto ao monarca a coragem para o repreender e, fulminando-o apenas com o olhar mastigou a custo as palavras com que usava despedir-se de todos:

«Que a Vossa Sabedoria auxilié o triunfo da expedição».

A resposta dos ilustres mareantes era habitualmente invariável:

«Serão cumpridas as ordens de Vossa Alteza».

Bartolomeu Dias porém, antes de falar encarou D. Manuel I respeitosamente, mas sem a submissão exagerada que era tão cara ao Rei Venturoso, e, com a expressão iluminada pela superioridade esmagadora dos que não pretendem ser superiores, replicou em voz clara:

«A experiência suprirá onde a sabedoria falhar, e, quando uma e outra naufragarem ficará sempre intacta a vontade do Senhor».

Rezam os mais abalizados historiadores que ao cabo de quarenta e seis dias de vela e para fugir às calmarias da Guiné, tanto se empenharam os nossos navegadores no bordo de Sudoeste que se descobriu terra a quatro centas e cincoenta léguas apròximadamente ao ocidente de África (1).

Frisam também que o primeiro monte que se avistou, foi um morro grande e arredondado a que por se ter dado este acontecimento no oitavário da Pascoa, se chamou Pascoal.

Outros menos versados amadores de História atribuem o descobrimento do arborizado continente habitado pelos alegres índios tupiniquins, que tão festivamente receberam os portugueses — a um pretenso conselho de Vasco da Gama.

Tratava essa advertência de passar muito ao largo da Costa de África, para defêsa das tempestades que assolavam o Cabo Tormentoso.

Apenas Frei Henrique de Coimbra, finda a missa que disse na tenda armada na praia da Corôa Vermelha teve conhecimento da maravilhosa revelação de Bartolomeu Dias que ouviu extasiado e não resistiu a deixar escrito no seu livro de meditações.

Termina assim o relato:

«...Dêle houve esta complêta confissão, graças ao escrúpulo de que então o ví oprimido.

Pesava-lhe a satisfação de Pedro Alvares Cabral

que nunca pode convencer durante os poucos dias mais que viveu, de que não fôra devido a qualquer autoridade de ciência adquirida a derrota que fizera seguir à expedição».

.....  
Espírito de crente fervoroso e ousado, foi pois ao sabor da Fé que soube ter no Aviso do Redentor, através dum esclarecido sonho em noite de Natal, — que Bartolomeu Dias determinou o cumprimento do milagre portentoso, da fecunda colonização de Portugal, em Terras de Santa Cruz.

Natal de 1934.

BERTA LEITE

---

## Instituto de Colonização para orfãos

(Conclusão da página 8)

zação no Ultramar, deve revestir aspecto prático e fundamentalmente agrícola.

Esses rapazes, depois de casados com raparigas educadas em condições paralelas, irão constituir núcleos ou centros de colonização no Ultramar, verdadeiros prolongamentos da mãe Pátria.

E assim que a maior parte das crianças internadas hoje, por meio da Tutoria da Infância, em asilos, reformatórios e obras similares, deixariam de voltar ao meio dissolvente donde provieram — a cidade e a rua — para serem colocadas nos domínios ultramarinos, em zonas aptas para a colonização europeia e ao abrigo das missões religiosas mais próximas.

Deixando de importunar o poder central com pedidos de colocação ou, porventura, regressar ao caminho da vadiagem e do crime, o que é freqüente, passariam a constituir elementos de prosperidade e riqueza.

Os melhores territórios do Canadá Austrália e África do Sul, devem a prosperidade Agrícola que estão usufruindo, a famílias de agricultores, educadas em condições similares, nas vizinhanças de Londres, pelo conhecido e popular doutor Bernardo.

A França criou em 1900 a *Oeuvre de Colonisation par les Orphelins*, confiada ao padre Cros. Sob o patrocínio do falecido presidente Paul Doumer, foi a instituição transferida da Bretanha para a abadia de Saint Michel de Frigolet, Tarrascon-sur-Rhône (Sul da França), onde funciona.

Relativamente Portugal, diremos que, em Angola, foram realizados estudos práticos sobre clima, altitude e condições de produtividade, pelo falecido agrônomo, dr. José do Nascimento.

Relativamente ao trabalho e condições de adaptação do colono português, na África Oriental, falaram já, eloqüentemente, alguns colonialistas, no último Congresso de Agricultura Colonial.

O problema, porém, é vasto, particularmente no aspecto de recrutamento e educação dos futuros colonos.

Voltaremos ao assunto no próximo artigo.

(1) Quintella A. Mar. Part.

# VIAGENS DE SOBERANIA

POR NUNES DOS SANTOS

*Aluno da E. S. C.*

**T**ERMINOU há pouco, com singular regularidade, o raid aéreo Lisboa-Timor-Lisboa, com escala pelas restantes colónias do Oriente, Macau e Índia.

De novo as asas portuguesas rasgaram orgulhosamente a atmosfera das regiões mais diversas, levando ao coração dos portugueses que nessas paragens labutam, o prazer inefável de sentir o Ressurgimento Nacional da Pátria que se alevanta.

Pondo de parte o aspecto técnico da viagem, que é desnecessário comentar, vamos apenas referir-nos ao que ela tem de edificante para o seguro prosseguimento da nossa política colonial, pelo que respeita ao revigoramento da nossa soberania.

As precárias condições económicas que avassalam o mundo e ainda outras circunstâncias decorrentes da especial situação geográfica dessas colónias portuguesas, têm impedido as companhias de navegação de estabelecer carreiras regulares de paquetes que, saídos da Metrópole, efectuassem o transporte de passageiros e mercadorias que a elas se destinassem ou que delas proviesses.

Com efeito, e abstraído completamente os encargos que pesam sobre a navegação pelo Suez, não seria fácil estabelecer a concorrência com os navios holandeses, ingleses e franceses que freqüentam aquelas paragens.

É inegável que o maior rendimento dos navios de longo curso consiste na importância dos fretes e êsses só se obterão desde que, por combinações especiais, os portos de escala embarquem regularmente a tonelagem suficiente para compensar as receitas diminutas das passagens.

Ora, estando de há muito estabelecidas as carreiras de navios estrangeiros para o Oriente, que absorvem portanto o tráfego marítimo das colónias da nação a que pertencem, compreende-se facilmente a impossibilidade de colocar a seu lado os barcos portugueses.

Se as nossas colónias da Ásia e Oceania—com excepção de Macau—possuísem já um desenvolvimento tal que, por si sós, pudessem garantir um carregamento anual considerável, o problema apresentava já um aspecto mais favorável e conducente a proveitosa mudança de situação.

Mas, infelizmente, esse facto não se dá e somos obrigados a utilizar, nas relações comerciais entre a Metrópole e os longínquos territórios portugueses, as carreiras regulares estrangeiras.

De resto, em muito melhores condições está actualmente a colónia de Moçambique, que exporta grande parte das suas oleaginosas para os portos do Mediterrâneo, sobretudo Génova e Marselha, e ainda assim, é necessário ponderar conscienciosamente as possíveis conveniências de a ligar à Metrópole por barcos portugueses via Suez.

É portanto incontestável a dificuldade de solução d'este importante problema, a que estão intimamente ligados os interesses de territórios que a Por-

tugal forneceram talvez as mais belas páginas da sua História.

Mas, independentemente dos prejuízos económicos que daí resultam, outros há ainda, de não menos importância e que convém tomar em linha de conta ao estudar os prós e os contras da questão.

É já lugar comum a afirmação de que somos um povo de mareantes. Paíra na mente de todos os portugueses a ideia justíssima da superioridade incontestável dos nossos sistemas colonizadores. Mas, para que essas noções se repercutam integralmente no espírito dos nativos coloniais é indispensável que a prática lho demonstre.

Se são acessíveis à incultura indígenas as colunas espessas da imprensa diária e os milhares de páginas que ao mundo relatam os nossos feitos, passados e presentes, é indispensável que a seus olhos sejam bem evidentes as realizações, imagem fidelíssima do trabalho intelectual desenvolvido nos gabinetes e nas escolas.

Só essas êles poderão compreender e sentir; só elas lhe poderão falar dos intuitos humanitários que nos movem; só elas poderão, finalmente, gerar em espíritos incultos o respeito e a admiração pela nossa civilização superior.

Não basta exaltar, em discursos e artigos mais ou menos fluentes, as glórias passadas do povo português; é necessário também provar claramente que a energia indomita que as originou existe ainda na alma lusitana, embora adaptada às circunstâncias actuais, pela natural evolução dos tempos e das ideias.

Ora, nas colónias que vimos tratando, encravadas tôdas em território estrangeiro, é inevitável que a atenção do indígena seja levada involuntariamente à comparação do que, fora, observam, com o que em casa vêem.

Assim, verificam, a cada momento, a superioridade numérica e qualitativa dos navios, dos exércitos e dos meios de acção empregados pelas nações vizinhas; quedam-se, pasmados, perante a exibição de vistosas aeronaves; sentem-se pequenos diante da formatura imponente de poderosos vasos de guerra.

E ao contemplar tôdas estas maravilhas, o indígena há-de fatalmente ser chocado pelo facto de os homens que as conduzem falarem uma língua diferente da que estão habituados a ouvir; há-de reparar forçosamente, nas cores variegadas das bandeiras, entre as quais não figura a da longínqua Mãe-Pátria.

E não será triste chegar a semelhante conclusão? Evidentemente.

Por isso, ao termos conhecimento da viagem que se projectava, sentimos a alegria imensa de ver que o Governo e a Nação, convencidos das benesses que dela adviriam, se punham de alma e coração ao lado dos realizadores.

Depois, no decurso da longíssima jornada, se-

*(Conclue na pág. 14)*

# DA IMPRENSA

## IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

## T R A N S

negociações franco-italianas, circulam alguns rumores relativos a certos abandonos graves, que seriam consentidos à Itália, na África.

A opinião francesa inquieta-se e algumas associações coloniais volam ordens do dia como protesto. Vou tentar demonstrar que um acôrdo colonial não é só desejado, como possível entre a França e a Itália.

Sabe-se—ou esquece-se—que o artigo 13 do acôrdo em 26 de Abril de 1915 contemporâneo da entrada na guerra da Itália ao nosso lado, previa as rectificações de fronteiras a favor das colónias italianas a cargo da França e da Inglaterra em caso de expansão dos seus domínios à custa da Alemanha. A objecção à execução desse compromisso tirada do facto, que, nem o Cameroun, nem o Fogo, passaram a ser colónias francesas mas sim territórios sob mandato, cuja posse teria um carácter precário, não está isenta de réplica. Os mandatos nos territórios africanos tropicais, comportam restricções de direito, mais que de facto: as populações desses países, sendo demasiadamente atrasadas para que seja possível pensar na sua emancipação política, precisam dum tutor, e se a França, continua mantendo seus deveres de tutela conformando-se estritamente com as prescripções do mandato, não há razão nenhuma, formal, para a despojar. De resto, as restricções de soberania alegadas, applicam-se tanto ao mandato britânico no Tanganha, como aos mandatos franceses no Cameroun e no Togo. Enão, até que ponto a França e a Inglaterra executaram respectivamente o seu compromisso nos termos do artigo 13 do acôrdo de 1915?

A França, pelo acôrdo de 12 de Setembro de 1919, cedeu à Itália cerca de 100.000 quilómetros quadrados de territórios desertos, que penetravam em forma de ângulos reentrantes entre os oasis libianos de Ghadamis, de Ghat e de Zounoras. O verdadeiro interesse desta cessão consistia em ceder à Itália as estradas úteis às caravanas, ligando as duas primeiras localidades; a Inglaterra, pelo seu lado, cedeu à Itália o território de Djouba, que completa a Somália italiana atribuindo a esta colónia as duas margens do curso inferior do grande rio que tem o mesmo nome, que se presta à produção de certas matérias primas tropicais e que possui cerca de 130.000 habitantes. Depois, a Inglaterra, renunciou—ou obteve a renúncia do Egipto—a favor da Itália, ao oasis de Djaraboub e ao importante grupo de oasis de Koufra. Emfim, depois da occupação italiana do oasis de El Aouenat, um acôrdo anglo-italiano, de 20 de Julho de 1934, pôs na posse da Líbia italiana, um vasto território, em grande parte deserto, defendendo do Sudão Anglo-Egypcio, que penetra sob a forma dum ângulo agudo, entre o limite meridional da Líbia e a fronteira septentrional da África Equatorial Francesa.

Haveria uma proporcionalidade entre as cessões respectivas da França e da Inglaterra à Itália, tendo em conta o facto de que o Império Britânico herdou a parte maior das antigas colónias alemãs? Deixo ao leitor o cuidado de responder.

Mas há outra coisa: a desaparição do lampião que constituía a avançada do Sudão Anglo-Egypcio, põe a Líbia em contacto immediato com o limite septentrional dos territórios franceses fixados pelo acôrdo franco-inglês de 21 de Março de 1899, que a Itália não reconhece. É inútil insistir sob a instabilidade dum tal estado de coisas, susceptível de fazer surgir incidentes de fronteiras, cujas conseqüências não podemos prever.

## A Caminho de um acôrdo franco-ita- liano em áfrica

Transcrito da "Revue des Questions Coloniales  
et Maritimes", de Dezembro de 1934

Segundo as informações publicadas por vários jornais a respeito duma nova delimitação da fronteira franco-italiana, na África Central, seria questão, não da cessão do Zibesti, mas da fixação dum limite sinuoso, deixando à França a maior parte deste país e atribuindo à Itália alguns territórios situados mais a este, principalmente o Ennedi.

Esta delimitação, teria a vantagem de não aproximar a Itália do Tshad, dando assim satisfação a alguns dos nossos compatriotas que julgam—sem razão, quereamos crer—que o acesso ao grande lago do centro africano, é o objecto principal dos desejos italianos.

Consentindo numa extensão restricta dos limites meridionais da Líbia, não ultrapassando em importância uma simples rectificação de fronteiras, a França libertar-se-ia completamente do compromisso contraído em 1915, e a fixação necessária duma fronteira definitiva, aceite de parte a parte, entre a Líbia italiana e a África Francesa, melhoraria as relações de vizinhança e consolidaria a situação política nestas regiões.

Alguns opinam que esta rectificação de fronteiras, seria considerada na Itália como um ponto de partida, animando vastas ambições territoriais com respeito ao Tchad. Inútil é dizer que a nossa opinião pública não admitiria de forma alguma um desmembramento cujo resultado seria dividir em dois o imenso bloco franco-africano, que se estende sem interrupção do mar Mediterrâneo à embocadura do Congo. Mas, se quando da conferência da Paz o centro africano francês, até ao lago Tchad, foi reclamado pela Itália, não parece que essas pretensões tão vastas, sejam mantidas, nem integralmente, nem mesmo em parte importante. O que mais interessa aos nossos vizinhos transalpinos é a África Oriental.

Alguns factos significativos o provam: as viagens do rei de Itália à Erythrica e à Somália, a união do governo das duas colónias, embora separadas pela Etiópia independente, e por outras colónias. Estaria em foco a denúncia do acôrdo franco-anglo-italiano de 13 de Dezembro de 1906, que dividiu a Etiópia em zonas económicas, com o intuito de permitir à Itália instalar nesse país a sua influência exclusiva. Mas este arranjo político e económico dum Estado amigo da França, membro da Sociedade das Nações, admitindo mesmo que o governo italiano tenha renunciado a pedir a cessão total ou parcial da Costa Francesa dos Somalis, seria por conseqüência o abandono virtual de Djabouli e dos caninhos de ferro que ligam o porto francês à capital da Etiópia.

Dada a importância excepcional de Djabouli como porto de escala das estradas marítimas francesas até Madagascar e a Indochina, e tanto como porto de trânsito, como cabeça principal de linha do caminho de ferro pelo qual se effectua os dois terços do comércio da Etiópia, por conseqüência sem carácter de ponto vital do Império, se compreendem os protestos formais e unânimes dos nossos meios coloniais.

Demais, aqui, a resistência francesa, está plenamente justificada de direito. A França não está comprometida com respeito à Itália, senão pelo artigo 13 do acôrdo de 26 de Abril de 1915, o qual não prevê outra coisa senão as rectificações de fronteiras. Os nossos intermediários deveriam até invocar esse mesmo artigo 13 para nunca aceitar pretensões injustificadas, sob condição de nos conformarmos estritamente com o compromisso que esse artigo nos impõe.

É preciso notar, que uma rectificação de fronteiras encontra entre os nossos confrades muitos que declaram que um acôrdo franco-italiano deveria ser baseado em concessões recíprocas. As

(Conclue na pág. 14)

PORTUGAL COLONIAL

# C. O L O N I A L

## CREVE-SE

## IMPRENSA PORTU- GUESA

Assistência, num gesto de deicrência, levanta-se, o que o sr. capitão Afonso dos Santos não permite.

Começa a falar serenamente, se bem que as suas palavras bem limbradas, ditas com elegância e formando a frase com precisão, traíam ligeiramente a sua comoção. Começa por agradecer a recepção carinhosa que lhe está sendo feita e que —confessa— não esperava.

Sensibilizado, surpreendido, estava num estado de espírito que poucas palavras o deixaria pronunciar. E estes momentos que tanto o sensibilizaram haviam de reflectir-se no seu governo. Não vinha preparado para imediatamente abordar os graves problemas da província mas as palavras que ouvira disseram-lhe das tremendas dificuldades da hora presente que esmagam a sua laboriosa população. Vem para trabalhar e não para embalar as almas com palavras. Devia limitar-se a agradecer as palavras que lhe dirigiram, pois seria grande leviandade pretender desde já expor um plano de governo. Isso não lho permitiria a seriedade dos seus propósitos. Vai em meio o ano económico; as verbas devem eslar quasi esgotadas e o problema de meios é duma complexa gravidade. Eis a dificuldade da sua posição. Faltam-lhe elementos de orientação e trabalho que vai coordenar para enão iniciar a sua acção.

Não deixará, porém, de expor nas suas linhas gerais a sua orientação no governo da província e que segue as directrizes recebidas do sr. ministro das Colónias, pois que os princípios genéricos, esses dimanam da sua consciência de homem e de soldado. E reíre a sua qualidade de soldado porque ela traduz bem a sua missão:—Servir. Serviu a Pátria na guerra e na paz. Por isso continuará aqui servindo-a, e nesse propósito os mesmos laços que prendem a sua população à terra da Huila serão idênticos aos que o ligarão a ela, pondo tôdas as suas forças ao serviço da causa santa que vem lutar.

Não há gestos largos de oratória inflamada a secundar as palavras que o sr. governador pronuncia. A serenidade com que fala, dando um tom de palestra, prende a assemblea. O silêncio é absoluto. Todos se concentram nas palavras com que, calmamente, vai traduzindo o seu pensamento e os seus sentimentos.

E continua depois expondo as linhas gerais que vão orientar a sua acção e nas quais, em primeiro lugar, figura o de promover, neste momento de renovação que paira sobre a terra de Portugal, a união sagrada de todos os portugueses em torno dum ideal de engrandecimento da Pátria. É seu pensamento dominante a união moral dos portugueses da Huila, para o que há que destruir todos os fermentos da discórdia. Procederá ao estudo cuidadoso de todos os problemas vitais da Província que lhe foram esboçados nas suas linhas gerais. Depende, porém, a sua realização de tantos factores que difícil é apreendê-los na primeira hora em que lhe foram apresentados. Depois de estudados devidamente dar-lhe-á o impulso que necessitarem da sua acção governativa.

Expressa à assemblea o muito amor que o sr. ministro das Colónias dedica a Angola que considera a primeira e mais valiosa parcela do Império Português, afirmando que esta colónia e esta região pesam no pensamento do sr. ministro, que na hora da sua partida lhe pediu um relatório pessoal sobre as necessidades da Huila para que lhes fosse dado o remédio.

Alude ao grande flagelo dos gafanhotos que castiga Angola e para o qual devem ser voltadas tôdas as atenções, pois é um problema de vida ou de morte. E a propósito, afirma que as palavras do sr. ministro das Colónias sobre o assunto foram mal interpretadas, pois nunca a sua intelligência podia pensar que uma calamidade com a extensão desta pudesse ser combatida simplesmente

com os recursos locais. E tanto que o sr. ministro ao conhecer as proporções enormes que assumia a catástrofe, julgou de seu dever tomar providências excepcionais, obtendo do sr. presidente do governo e ministro das Finanças um primeiro crédito de 10.000 contos para acudir às mais urgentes necessidades.

Alude ao que se passou em Moçambique também duramente castigada, dizendo que o último ano que lá viveu o passou no combate aos gafanhotos. Por comunicação recebida já depois que chegou ao Lubango sabe que começaram a aparecer nuvens de gafanhotos dizimadas por agentes naturais que muito influirão no seu desaparecimento. Contudo, exigem-se para o flagelo providências excepcionais, pois que a invasão ameaça a própria estrutura económica de Angola. Urge, porém, não desanimar. É legítimo que as populações apelem para o Estado mas é indispensável igualmente ânimo e fé para se ganhar a batalha decisiva.

Expostos os princípios de ordem moral que orientarão o seu governo, é necessário que um lácito pacto se estabeleça entre a população e o seu governador. Podem contar com a sua energia, com a experiência que tem da vida colonial, com a sua inteira isenção e patriotismo, esperando que nunca qualquer equívoco se estabeleça.

Alude depois às circunstâncias em que foi chamado a governar a Huila, lugar que não solicitou e que vem exercer com sacrifício da resolução de assuntos que respeitam à sua vida particular, mas que aceitou ainda em cumprimento do seu pensamento de:—Servir. Sabe vir substituir na Huila um governador que, embora interino, aqui deixou um nome respeitado e muita simpatia. Garante que tudo quanto o sr. governador Serrão deixou começado seguirá, pois é homem de continuidade e despido de vaidades. Cumpre o seu dever dentro dos limites que lhe são delineados dando o seu esforço ao seu país e àqueles que nele depositam confiança.

Termina dirigindo-se aos funcionários de quem deseja a colaboração com o mais perfeito espírito de lealdade. Pretende ser mais um coordenador de energias do que o homem que manda. A população escusa de pedir interesse e amor pela sua terra. Ele estua, palpitante, vivo, como em nenhuma outra parte sentiu ainda. Tentará, portanto, com sua acção no governo atender às aspirações desta terra, servindo-a e servindo o seu país.

A assistência conquistada pela palavra persuasiva e sincera do sr. capitão Afonso dos Santos faz-lhe uma calorosa ovação, que se prolonga durante minutos e que mais ainda o sensibiliza.

Procede-se em seguida à leitura do auto de transmissão de poderes feita pelo funcionário administrativo, sr. João Evangelista Duarte, servindo de director provincial, o qual é assinado pelo sr. governador, encarregado cessante, e muitas das pessoas presentes.

## A convenção com a União Sul Africana

Foi publicado o decreto 24.844, o qual aprova, para ser ratificada, a Convenção assinada em Lourenço Marques pelos delegados dos Governos Portugueses e da União da África do Sul, relativa à revisão das cláusulas da Convenção entre os mesmos Governos, assinada em Pretória em 11 de Setembro de 1928.

PORTUGAL COLONIAL

# ARTE COLONIAL PORTUGUESA



UM BAIXO RELÉVO DE CARLOS CALDAS

---

## Viagens de Soberania

(Conclusão da pág. 11)

guímos atentamente as lacónicas descrições das homenagens recebidas, homenagens que traduziram, com alevantada eloquência, o reconhecimento sincero das populações. Ao passo que no coração dos brancos residentes imperava a saúde imensa da Pátria distante os olhos dos indígenas observavam curiosa e inteligentemente aqueles homens que, vindos do céu, se exprimiam em termos familiares.

Finalmente, ouvindo as palavras singelas, mas sinceras e bem portuguesas, do valoroso aviador Humberto do Cruz e do seu companheiro, o mecânico Lobato, convencemo-nos de que foi por eles bem compreendida e desempenhada a função altamente patriótica que a nação lhes atribuíra.

Vibra ainda intensamente em nós a impressão causada por esses relatos que, pronunciados em linguagem entusiástica e calorosa, tão admiravelmente souberam arrebatat a assistência!

Inolvidáveis momentos, esses!

E, acreditemos, o sucesso dessa viagem valeu bem mais de que mil prelecções e ameaças; contribuiu certamente, para radicar, mais uma vez, no espírito dos nativos, a veneração pela nossa raça.

Que outros e outros raíds se efectuem, isoladamente ou em esquadriha, são, sem dúvida, os votos ardentes dos que nas colónias trabalham e que assim se sentem prestigiados diante dos indígenas que governam.

Que o povo português contribua, nas medidas

do possível, para a realização de idênticas viagens de soberania, é um dever incontestável.

A vida de um país ultrapassa extraordinariamente a curta existência de uma geração.

E, todos os sacrifícios que no campo colonial se façam, serão largamente compensados, se não por nós, pelos nossos filhos, com a evolução segura e progressiva das sociedades nativas, sob a égide gloriosa de um Portugal Melhor.

---

## A Caminho de um acôrdo franco-italiano em áfrica

(Conclusão da página 12)

tentativas feitas para obter da Itália, que em trôco de cessões territoriais na África Central, ela deixe de se opor à aplicação aos seus nacionais, de Tunísia, da lei francesa, sob a naturalização automática, têm fracassado até hoje e os italianos são ainda regidos pelas convenções de 28 de Setembro de 1896. Quere dizer, conservam a sua nacionalidade, eles e os seus descendentes sem limitação. Essas concessões denunciadas pela França em 1918, são desde 10 de Setembro de 1919, renovadas de três em três meses, o que constitue um estado de coisas precário que foi proposto substituir por uma prorrogação de maior duração: podia ser de cinco ou de dez anos.

Se o governo italiano, renunciando à sua opposição, consentisse na aplicação, na expiração desse prazo da lei francesa sob a nacionalidade aos italianos da Tunísia, a conclusão dum acôrdo franco-italiano em África, baseado em concessões recíprocas, não seria impossível. Uma entente entre a França e a Itália não pode ser sólida e duradoura sem um acôrdo africano das duas nações. Disto tudo que antecede, resulta, que a sua realização é possível sem o sacrifício de interesses franceses essenciais, e que pode até resultar um reforço de posição da França em África.

CAMILLE FIDEL.

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês

### O culto da competência

**T**ER necessidades e satisfazê-las é condição essencial da vida humana—dizia um velho compêndio de economia política por onde se viam as primeiras luzes da matéria no meu tempo de estudante. Antes já era assim—e depois também continuou a sê-lo a-pesar-de todos os maus tratos que a ciência económica tem recebido.

É, por consequência, humano que o homem procure ganhar a vida, como forma de acudir às suas necessidades, e que para a ganhar procure a posição mais alta ou a mais rendosa—enfim aquela que melhor lhe permitir satisfazer um maior número de necessidades.

Desta circunstância, eminentemente humana, resultou uma concorrência, que é cada vez maior, de pessoas que precisam acudir a necessidades e que, portanto, ambicionam as posições donde elas se podem satisfazer—isto é, o desejo de emprego, de colocação, de actividade remunerada.

Sucede que os empregos são variadíssimos e que exigem naturalmente aptidões especiais para cada um. Alguns constituem especializações oficialmente reconhecidas—e para esses o diploma, também oficial, do concorrente, garante um mínimo de competência e idoneidade, pelo menos teoricamente. Para outros ainda não se encontrou fórmula que substitua a recomendação, a «cunha», o pedido, as várias maneiras de decidir o critério daquele ou daqueles que têm por missão escolher os seus empregados.

E então acontece que se invocam razões para se ser preferido na concorrência a êste ou àquele lugar: estar desempregado há muito tempo, ter muita famí-

lia a sustentar, não querer ser pesado aos seus, ser correligionário ou simpatizante político—e até ser bom rapaz. Raras vezes se invoca ou se requiere a razão de competência. Isso é o menos. E quanto melhor é o emprego menos a razão é forte.

Isto sucede, evidentemente porque não se tem cultivado a competência. Primeiro a política, depois o hábito—às vezes o próprio coração que entre nós é mais sensível perante as pequenas misérias que ante as grandes desgraças de lento desenvolvimento—estabeleceram a norma de não ser preciso absolutamente ser-se competente para exercer determinados cargos. E essa norma segue-na, quasi indiferentemente, os que pretendem, o que é humano, perante o tal princípio elementar do meu velho compêndio de economia política, mas também os que escolhem e nomeiam—o que é apenas infeliz.

Daqui pode resultar—se não resultou já—começar a perguntar-se: «¿Valerá a pena ser competente?» «¿Convirá a cada um cultivar-se ou desenvolver faculdades de competência?» «¿Não será isso uma forma excessivamente complicada de perder tempo e lão inútil e perigosa como a ingenuidade de um homem que fôsse à caça dos leões com uma espingarda de pau?»

Parece-me que é tempo, por motivos que são óbvios e ainda porque o caso é mais saliente e desagradável nesta hora de ressurgimento que estamos vivendo, de dar estas perguntas que podem vir a fazer-se as respostas que convêm a todos—embora desagradem a alguns pretendentes.

H. G.

## Conselho Superior das Colónias

Sob a presidência do sr. Manuel Fratel, o Conselho Superior das Colónias, funcionou pela primeira vez nos termos do artigo 199.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, tratando da inconstitucionalidade do art. 88.º do Código de Posturas Municipais, em vigor no concelho de Mormugão, Índia, sendo considerado constitucional. Em seguida ocupou-se do projecto de decreto sobre novos estabelecimentos industriais nas colónias; do projecto que trata da reorganização dos serviços administrativos de Cabo Verde; do processo respeitante à distribuição dos serviços de administração Central da Gminé; idem da fusão das actuais

repartições dos Serviços Agrícola e Florestais e dos Serviços de Veterenária e Pecuária da Guiné, numa única repartição; da criação do lugar de contador privativo do Tribunal Administrativo de Angola e da criação de uma repartição Autónoma dos Serviços de Estatística na Guiné.

## Ingresso nos Quadros privativos da Fazenda das Colónias

Sendo indispensável impulsionar a preparação do funcionalismo da Fazenda das colónias, por forma a conseguir-se um forte

núcleo de bons funcionários e indispensável providenciar no sentido de se ocorrer ao preenchimento dos lugares de directores de Fazenda das colónias, sempre que se verifique que no quadro comum de Fazenda das colónias não existem funcionários em condições normais de promoção, foi publicado o decreto 24.860 o qual diz :

O ingresso nos quadros privalivos de Fazenda das colónias efectuar-se-á na categoria de aspirante e por meio de concurso simultaneamente documental e de provas práticas, nos termos em que cada colónia o regulamentar, tendo em vista as disposições aplicáveis da Reforma Administrativa Ultramarina.

## **Navegação aérea**

Foi determinado que seja publicado nos "Boletins Oficiais, de todas as colónias, o decreto 20.062, que aprova o regulamento de navegação aérea.

## **Cumprimentos**

Os governadores das nossas colónias, enviaram ao sr. Ministro das Colónias, cumprimentos por se ter iniciado o período legislativo do Estado Novo.

## **Diversas**

Reuniu-se sob a presidência do sr. dr. Almeida Ribeiro, o Conselho Superior das Colónias, que se ocupou dos seguintes recursos interpostos para aquele conselho: Alda de Lima Monteiro, professora primária, pedindo o pagamento de vencimentos a que se julga com direito, sendo aprovado o respectivo acórdão; José de Sousa Machado, contra a deliberação do Tribunal Administrativo de Loanda que rejeitou o recurso do recorrente a respeito de questões suscitadas pelo mesmo vogal do concelho de distrito sendo considerado insubsistente por falta de preparo; António Augusto Gorinho, 1.º oficial telégrafo-postal de Moçambique, por não lhe ter sido concedida autorização para vir à metrópole em gozo de licença graciosa, sendo mandados requisitar os documentos que faltam; Companhia Agrícola do Cazengo, Angola, contra a sua inclusão no número dos contribuintes da matriz industrial, Grupo B e respectiva colecta de 82.400,00 angolares, sendo dado provimento em parte; Companhia de Combustíveis do Lobito, Angola, contra a sua inclusão no número de contribuintes da matriz industrial, com a colecta de 81.578,00; José Ferreira, 3.º oficial telégrafo-postal de S. Tomé, contra o castigo de dois anos de inactividade; Companhia Geral de Angola, contra a contribuição industrial de 164.800\$00; Companhia de Combustíveis do Lobito, contra o pagamento da taxa devida pela construção dum pólo na baía do Lobito, e, bem assim, da taxa de 1,20 por metro quadrado devida pela construção de um plano inclinado na mesma baía; Companhia do Quanza do Sul, de Angola, contra a contribuição industrial de 8.000,00 angolares; Sociedade Predial e Agrícola, de Angola, contra a contribuição industrial que lhe foi imposta; Companhia Palmares de Angola, contra a contribuição industrial de 30.000,00 angolares que lhe foi aplicada; Aurélio Sousa Mendes, 2.º oficial de fazenda da Guiné, contra a sua preterição a 1.º oficial; Sociedade Agrícola de Cassaquel, de Angola, contra a contribuição industrial que lhe foi aplicada, de 454.062,00, sendo negado provimento a estes nove recursos; Carlos da Silva Marques, secretário aposentado da Câmara Municipal de Mossamedes, em que pede a contagem do tempo de serviço prestado ao Estado para efeitos de aposentação; Amílcar José Ribeiro, juiz de direito em Angola, contra a reposição de uns vencimentos; Companhia Mineira do Alto Zambeze, de Angola, contra a sua colecta industrial de 21.622,00 angolares e também contra outra colecta na importância de 79.310,00 angolares, sendo dado provimento a estes recursos. Ocupou-se da conta de responsabilidade da Caixa de Tesouro da Guiné para a qual foram mandados requisitar vários documentos.

Noutras sessões ocupou-se do projecto de diploma relativo à reforma dos serviços administrativos de Cabo Verde, da criação da sua repartição autónoma dos serviços de Estatística na Guiné, e de uma secção feminina no liceu de Lourenço Marques, e finalmente dos provimentos aos recursos interpostos pela Caixa de Subsídio e Pensões do Pessoal dos Serviços Aduaneiros do Estado da Índia, que recorreu do acórdão do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas do referido Estado que deu provimento ao recurso interposto por Joaquim Manuel Lopes Pereira, primeiro oficial da alfândega mandando contar-lhe o tempo que serviu como administrador do concelho de Pondá; por Artur dos Santos Ferreira, segundo sargento, encarregado do comando militar de Manúfai, da colónia de Timor, do despacho do encarre-

gado do governo da mesma colónia exarado em 6 de Julho de 1933 num requerimento em que o recorrente pedia a publicação de um diploma nomeando-o encarregado do comando militar de Manúfai, a fim de poder receber a gratificação de exercício atribuída ao mesmo cargo; por José Afonso Ribeiro, primeiro sargento, encarregado do comando militar de Viqueque, da colónia de Timor, do despacho do encarregado do governo da citada colónia de 6 de Julho de 1933, mandando arquivar a pretensão em que pedia a publicação do diploma de nomeação de encarregado do comando militar de Viqueque para o efeito da percepção de vencimentos de exercício atribuídos ao mesmo cargo.

## **Cabo Verde**

Pelo Anuário Estatístico da Colónia de Cabo Verde referente a 1933 verifica-se uma diminuição de Esc. 1.164.746\$00 nos rendimentos aduaneiros da colónia, onde naquele ano foram proteladas 438 letras no valor de 1.296.248\$98; 15 em libras, 759.15.10; 7 em dólares, 914,72, e 3 em francos, 8.345,50.

A balança comercial melhorou, diminuindo a importação e aumentando a exportação.

A pecuária fixou-se em 96.619 cabeças, no valor de 12.043.580\$00.

► Regressou de Cabo Verde, onde foi fazer uma sindicância ao liceu daquela colónia e proceder a uma rigorosa inspecção aos serviços de saúde da mesma o tenente coronel médico sr. dr. Silva Neves, que hoje reassume o cargo de director dos serviços de saúde do Ministério das Colónias.

O sr. dr. Silva Neves foi encarregado de elaborar um projecto de reorganização dos serviços de ensino secundário e dos de saúde da referida colónia, cujo trabalho vai começar a elaborar.

► Foi reconduzido por um novo período o actual governador de Cabo Verde, capitão sr. Amadeu de Figueiredo.

## **S. Tomé e Príncipe**

O governador de S. Tomé informa que, após a posse do Conselho de Governo, foram muito vitoriosos o Chefe do Estado, o sr. presidente do Ministério e o sr. Ministro das Colónias e os restantes membros do Governo. Ao sr. dr. Armindo Monteiro, foi naquele acto prestada a devida homenagem pelos altos serviços que vem prestando ao Império Colonial e pela disciplina financeira patrioticamente exigida que tornou possível a notável melhoria da situação financeira, que gosa presentemente a colónia.

► O Conselho do Governo de S. Tomé enviou um telegrama de saudação ao sr. Sub-Secretário de Estado das Colónias.

► O governador de S. Tomé comunicou ao Governo que as receitas cobradas no semestre findo foram de 4.864 contos, excedendo a previsão em 894 contos.

## **Angola**

Vai ser publicado um decreto autorizando o governo de Angola a abrir um crédito especial de 3.737.036,64 angolares para pagamento de dívidas ao comércio provenientes de fornecimentos, crédito que sairá do saldo positivo de 9.106.430,86 angolares relativo à conta do exercício de 1932-33.

► Foi autorizado o governador geral de Angola a abrir imediatamente um crédito especial na importância de 10.000.000,00, que terá por contrapartida igual importância do empréstimo gratuito posto pelo Ministério das Finanças à disposição do Ministério das Colónias pelo decreto-lei n.º 21.794, de 19 de Dezembro de 1934.

► Segundo telegrama recebido em Lisboa, a praga de gafanotos está de novo assolando a colónia de Angola, tendo devastado alguns pontos as últimas sementeiras e várias fazendas também têm sido por completo devastadas.

O sr. Ministro das Colónias, por já para este mês à disposição do encarregado do governo daquela colónia, para o combate aos terríveis acridios, a quantia de 2.129 contos.

► Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias sobre a aplicação do artigo 4.º da Convenção Luso-Belga, de 1927, a navios belgas que transportem passageiros e mercadorias de Angola e sobre a alteração às pautas aduaneiras das colónias sobre vinhos regionais, tipo Estremadura.

► Foram isentos de direitos aduaneiros em Angola os artigos de material de guerra importados pelo governo da colónia e que se destinam à sua defesa e que tenham sido adquiridos por intermédio da Direcção Geral Militar do Ministério das Colónias e por esta Direcção ou por sua ordem para ali tenham sido enviados.

► Foi publicado o decreto 24.891 que diz o seguinte :

Artigo 1.º É autorizado o Banco de Angola a contratar com quaisquer corpos ou corporações administrativas, associações, cor-

parações e ainda com quaisquer colicvidades com fins de utilidade pública empréstimos destinados a melhoramentos locais, construções e obras de reconhecida necessidade, observados os termos applicáveis da Reforma Administrativa Ultramarina.

§ 1.º Os empréstimos referidos neste artigo, quando celebrados a longo prazo, poderão ser expressos em obrigações amortizáveis, que o Banco em qualquer tempo mobilizará, total ou parcialmente.

§ 2.º O Banco não poderá imobilizar nas referidas operações e outras da mesma natureza, que já tenha celebrado, mais de 40 por cento do seu capital social.

Art. 2.º As quantias dos empréstimos a que se refere o artigo anterior serão postas à disposição das entidades nelle mencionadas, nos prazos e condições a estipular nos respectivos contratos, em escudos metropolitanos ou angolares, conforme se destinem a pagamentos no exterior da colónia de Angola ou a despesas que dentro destas se realizem e não importem transferência.

Art. 3.º Os empréstimos previstos no artigo 1.º d'este decreto só poderão ser realizados se os mutuários, nos respectivos contratos, derem garantias idóneas e suficientes, como tais consideradas pelo Banco, para o pontual e exacto pagamento de todos os encargos respeitantes aos mesmos empréstimos.

§ 1.º A colónia de Angola não pode prestar o seu aval às operações de crédito no presente decreto referidas.

§ 2.º As entidades devedoras poderão dar como garantia ao Banco de Angola as consignações de quaisquer receitas ou rendimentos próprios, observados os termos applicáveis da Reforma Administrativa Ultramarina.

• Foi autorizado o governador geral de Angola a abrir, no ano económico corrente, um crédito especial na importância de Ags. 12.400,00, destinado ao pagamento da renda de casa onde se acham instalados os serviços de estatística e de utilizar as seguintes disponibilidades, dos seguintes créditos especiais:

1.º De Ags. 110.000,00 para as despesas com a representação desta colónia na Exposição Colonial Portuguesa do Porto;

2.º De Ags. 6.960,00 para pagamento de salários ao mestre e maquinista do rebocador "Dande";

3.º De Ags. 450.000,00 e de Ags. 304.000,00 para despesas com a terceira variante do caminho de ferro de Luanda;

4.º De Ags. 120,00 para completar a pensão de reforma do major João Carlos Cabral no ano económico de 1933-1934;

5.º De Ags. 5.522.442,15 para continuação das obras e apetrechamento do porto do Lobito e despesas a efectuar com a fiscalização das mesmas obras;

6.º De Ags. 6.000,00 para pagamento da renda da casa onde está instalada a delegação aduaneira de Vila Teixeira de Sousa, respeitante aos meses de Julho de 1933 a Junho de 1934;

7.º De Ags. 15.250,00 para pagamentos dos vencimentos do tenente de engenharia Américo Soares Beirão, como director interino dos portos e caminhos de ferro do sul, nos meses de Fevereiro a Julho de 1934;

8.º De Ags. 4.800,00 para a renda da casa onde funciona a delegação marítima de Benguela.

• Acaba de ser publicado o Boletim Trimestral da Repartição Central de Estatística Geral da Colónia de Angola referente aos meses de Janeiro a Março de 1934. O referido número cujo atrazo se deve à intensa remodelação que foi objecto apresentar-se com o formato do Boletim da Direcção Geral de Estatística, da Metrópole, modificação que obrigou à compra de novo material tipográfico para a Imprensa Nacional de Luanda e inserir valiosos índices e números sobre Demografia, Indústria, Comércio Externo e Interno, etc.

• O governador geral interino de Angola comunicou que o resultado da eleição para vogais do Conselho do Governo da colónia, foi o seguinte: representante da provincia de Angola, coronel sr. Brandão de Melo; de Benguela, sr. Bustorf da Silva; do Bié, sr. dr. Pedro Bicker; da Huíla, sr. dr. Pereira Gil; de Malange, sr. capitão Figueiredo de Barros. O referido governador informa que dada a categoria moral e intelectual e política dos eleitos se regosija pelos resultados obtidos.

• pelo sr. almirante Gago Coutinho, Presidente da Comissão de Cartografia, foi submetido à aprovação do sr. Ministro das Colónias o projecto do decreto relativo à criação de uma Missão Geográfica em Angola, que será composta de um chefe e de dois adjuntos.

Além d'este pessoal, poderão ser agregados à Missão dois auxiliares, sendo um sargento do exército ou da armada especializado em radiotelegrafia e outro mecânico. O serviço do chefe e dos adjuntos é permanente e só se considera cessante pela sua exneração.

A Missão poderá em África e para a boa regular execução dos trabalhos utilizar os serviços do pessoal europeu e indígena que for julgado necessário.

O tempo de permanência em África é fixado o máximo 240 dias, dos quais 230 são destinados a trabalhos no campo.

Os vencimentos dos chefes e dos adjuntos, são os que lhes competirem pelo disposto no decreto n.º 23.487, tendo além dessa remuneração as ajudas de custo, que serão também abonadas aos auxiliares.

As despesas com a Missão serão pagas por conta da dotação inscrita no Orçamento do Ministério das Colónias para despesas com a delimitação de Fronteiras das colónias e de Missões de estudo.

• O governo de Angola telegrafou ao Ministério das Colónias dizendo ter sido presente ao Conselho do Governo o projecto do orçamento para o futuro ano económico cujas receitas previstas são de 165.905 contos e as despesas em igual quantia, tendo sido inscrita uma importante verba para a agricultura.

O mesmo governador informa que desde 1 do corrente está feita a ligação radiotelegráfica com a estação em S. Tomé, propondo para os efeitos de exploração do tráfego internacional várias taxas.

Também informa que os vendedores de alcolina fixaram o preço de três angolares por litro e que a partir de 15 do corrente o seu consumo é obrigatório.

• A direcção da Associação dos Comerciantes de Angola, em Lisboa, entregou ontem ao sr. Ministro das Colónias, uma representação, dizendo que em vista dos direitos proibitivos, ultimamente criados para o trigo angolano, se encontram nos armazens das alfândegas sujeitas a deteriorarem-se dezenas de toneladas d'esse cereal, e, em face dessa circunstância podem ser seja autorizado o despacho d'esse trigo pelos direitos antigos, a fim de se evitar um prejuízo considerável para a economia daquela colónia, sugerindo, ao mesmo tempo, que para o futuro se permita a importação na metrópole do trigo angolano em troca da importação, em Angola, da farinha de trigo metropolitano necessário ao seu consumo.

Sobre o arroz colonial também a mesma direcção, diz que existem nas alfândegas da metrópole pequenas quantidades de arroz colonial, que não tem sido possível despachar: em virtude de ser equiparado, para efeito de entrada no país, ao arroz estrangeiro, pedindo a referida associação para que seja criado um pequeno contingente especialmente destinado ao mencionado arroz.

## Moçambique

Pelo Supremo Tribunal Administrativo, foi citado, o director do Laboratório Central de Análises Químicas, Bromatológicas e Toxicológicas, de Lourenço Marques, para responder nos autos dum recurso que foi apresentado neste tribunal.

• Vão ser nomeados governadores: da provincia do Sul da colónia de Moçambique o capitão de infantaria sr. Carlos Henriques Jones da Silveira; da provincia da Zambézia o capitão de cavalaria sr. José Júlio de Castro e Silva; e da provincia do Niassa, o sr. coronel de cavalaria sr. João Barbosa da Silva Casqueiro.

• Vai ser publicado um decreto autorizando a Companhia de Moçambique a fazer novos modelos de estampilhas fiscaes para o seu território em Africa.

• Foram introduzidas, pela publicação do decreto 24.867, várias alterações no decreto 24.621, o qual estabelecia a divisão administrativa da colónia de Moçambique e o quadro dos respectivos funcionários.

• Foi nomeado vogal da Comissão Municipal de Lourenço Marques, o 1.º tenente sr. Joel da Silva Pascoal.

• Foram mandadas conceder as facilidades de uso, ao navio de guerra inglês "Rochester", que visita a Beira em 15 de Fevereiro próximo e Lourenço Marques em 19 de Março.

• Deu entrada no Ministério das Colónias a Estatística do Comércio e navegação relativa à colónia de Moçambique e correspondente ao primeiro semestre de 1934, sendo o valor do comércio geral da colónia, importação e exportação, 1.341.287.546 escudos.

A importação de mercadorias para consumo foi de 124.595.352 escudos, menos 20.768.112 escudos do que em igual periodo do ano anterior, e a exportação 49.208.098 escudos, mais 5.602.565 escudos do que no outro periodo indicado.

O valor do trânsito internacional foi de 480.189.385 escudos.

Os rendimentos cobrados nas alfândegas é que desceram, tendo sido de 28.522.366 escudos e 44.364 libras, ao passo que em igual periodo de 1932 foi de 30.208.277 escudos e 50.226 libras.

O governador geral de Moçambique enviou ao Governo da Metrópole, o résto da divisão das cláusulas da Convenção, entre o Governo Português e o Governo da União da Africa do Sul, em português, inglês e afrilkaan.

## Índia

Foi reconduzido no cargo de capitão dos portos do Estado da Índia, o 1.º tenente sr. Sá Linhares.

• Foi negado provimento ao recurso interposto por Sonoba Sadassiva Porobo, Ananta Ladu Boto Gobró e Pondori

Utoma Dondó, gaunceres da comunidade de Velguém, do Estado da Índia, do acórdão do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas que mandou incluir no catálogo dos manazes do pagode de Xri Deu Madeva os nomes dos Dolvis.

### Macau

O governador de Macau, informa que tomou posse o Conselho do Governo da colónia, e que nesse acto foi entusiasticamente saudado o sr. Ministro das Colónias. O conselho, após a posse, reuniu sob a presidência do respectivo governador.

➔ Foi louvado pelos valiosos serviços que desempenhou em Macau, em várias comissões, que lhe foram confiadas, o 1.º tenente sr. Mário Costa Zanatti.

### Timor

O governador de Timor, informa que foi no primeiro de Janeiro distribuído pão fabricado com trigo semeado, colhido e farinado na colónia e que dentro de um ano a colónia não importará mais trigo ou farinha.

O mesmo governador informa também que chegou a Dili em 30 de Dezembro próximo passado o cruzador inglês "Folkeston", o quarto navio de guerra estrangeiro, que visitou durante o ano aquele pórtio, e que o mesmo navio levantou ferro no dia 2 do corrente, tendo o governador oferecido ao comandante e oficiais um passeio ao interior da colónia e um jantar seguido de recepção, tendo sido festejada a entrada do novo ano em comum, e que em tôdas as festas reinou a maior cordialidade. Houve um desafio de foot-ball entre os marinheiros ingleses e o "team", português, ganhando os primeiros por 2 a 1.

➔ Vai ser nomeado, mediante concurso, adjunto da direcção das Obras Públicas de Timor o engenheiro sr. Luiz Filipe Coiaço.

## Cotação de Produtos Coloniais no Estrangeiro

O Banco Nacional Ultramarino recebeu do "Anglo-Portuguese Colonial and Overseas Bank Limited", seu correspondente em Londres, as seguintes cotações com data de 20 de Dezembro:

AMENDOIM: — África Oriental — Este mercado esteve relativamente bastante activo no principio da semana, mas com a aproximação das férias de Natal enfraqueceu um pouco, colando-se a tonelada cif portos nacionais, com embarque durante Dezembro-Januari e Janeiro-Febrero, a £ 11 1/4.

GERGELIM: — África Oriental — Não há ofertas por parte dos carregadores e daí resulta uma completa falta de movimentação, colando-se a tonelada do branco c/ do amarelo, cif portos nacionais, a cêrca de £ 12.

CAFÉ — Mercado calmo. A qualidade Amboim é oferecida a sh. 36/-.

COCONOTE — Transacções limitadas com tendência fraca. Cotação nominal frs. 700.

COPAL — Mercado paralisado com tendência má. A qualidade corrente é oferecida a frs. 140 150.

MILHO — Tendência firme. A mercadoria disponível é colada a frs. 52. Para embarque da Argentina em Janeiro-Febrero-Março a frs. 54 os 70 quilos cif Anvers.

RÍCINO — Mercado sem movimento. O Brasil oferece a £ 9.10. O Angola colado nominalmente a £ 9.0.0.

FRUTOS SECOS — Figos do Algarve sem procura. Amêndoa Fava, oferecida miolo a Frs. 56, em casca a Frs. 24.

SEMENTE DE ALGODÃO: — África Oriental — O mercado continua quieto com cotações de caracter nominal, valendo a tonelada de primeira qualidade, entregue fora do navio em Liverpool, a £ 3.17.6, £ 4.-.

LINHAÇA: — África Oriental — Mercado quieto e nominal, colando-se a tonelada cif portos do Reino Unido a £ 11.-. e cif Antuérpia ou Rotterdam a £ 9.5.-.

RÍCINO: — África Oriental — Mercado mais ou menos regular mas com fraca movimentação, colando-se a tonelada cif Hull a £ 9.10.0 e cif Antuérpia a £ 9.5.-.

MAPURRA: — África Oriental — Não há alteração de valores constando-nos haver compradores a £ 4.-. por tonelada cif Marselha. Da origem não há ofertas de espécie alguma.

COCONOTE: — Mercado quieto, mas no entanto bastante firme, colando-se o embarque durante Dezembro-Januari e Janeiro-Febrero (vendedores) a £ 7.13.9 com compradores a £ 7.11.3 por tonelada. O valor efectivo orça por £ 7.12.6.

OLEO DE PALMA: — Mercado bastante firme havendo poucas ofertas. Lagos, para embarque a prazo, vendedores, £ 15.15.-, Brandos, idem, £ 15.5.-. a £ 15.10.-, Médios, para embarque, vendedores, £ 15.10.-, Rijos, £ 16.5.-. e Sherbro Vermelho, £ 14.10.-. por tonelada cif.

SISAL: — África Oriental — Este mercado está bastante quieto não havendo grande interesse por parte dos compradores na aquisição de quantidades relativamente grandes actualmente em viagem. O mercado fecha quieto, cotando-se a tonelada do n.º 1 f. a. q. (qualidade média regular) — vendedores — Janeiro-Março £ 14.2.6., Febrero-Abril, £ 14.5.-., Março-Maio, Abril-Junho, £ 14.10.-. O n.º 2, também f. a. q., vale cêrca de 20/- menos e o n.º 3 cêrca de 35/- menos por tonelada cif.

ESTOPA: — África Oriental — Este mercado está bastante quieto visto os compradores não quererem pagar o preço exigido pelos vendedores, o de £ 11.10.-. por tonelada cif. A tendência é irregular antecipando-se uma pequena depreciação de valores.

ALGODÃO: — África Oriental — As variedades superiores desta proveniência continuaram a ter excelente procura reduzindo-se a existência a um mínimo. As variedades inferiores, se bem que não são procuradas, também tiveram boa aceitação a preços relativamente allos. A tendência é apreciativa mas a existência em Liverpool está muitíssimo reduzida não se antecipando por isso grande movimentação. Fêcho do mercado, em 19-12-34: Médio Americano (Padrão): disponível, 7.11; Dezembro, 6.81; Janeiro, 6.78; Febrero, 6.77; Março, 6.76; Abril 6.74; Maio, 6.73; Junho, 6.71; Julho, 6.70; Agosto, 6.65; Setembro, 6.60; Outubro, 6.56; Novembro, 6.54, e Dezembro, 6.53 por lb.

COPRA: — Mercado bastante firme, colando-se a FMS de Moçambique a £ 9., disponível; Straits FMS, Janeiro, £ 9.18.9 (vendedores); FM, Dezembro-Januari, £ 9.8.9. (vendedores) e Cebu, Dezembro-Januari, secagem natural, £ 9.13.9. (vendedores) cif Marselha.

BORRACHA — O mercado continua quieto não se antecipando alteração de maior antes do fim do ano. A seguir passamos a indicar as cotações de Londres: Fôlha de plantação (Padrão), disponível, 6 5/16; Janeiro-Março, 6 3/8; Abril-Junho, 6 9/16, e Julho-Setembro, 6 3/4 d. por lb. Movimento dos portos na semana finda em 15-12-34: Londres: importação, 1.784 toneladas; entregas, 865; existência, 70.256. Liverpool: importação, 2.482 toneladas; entregas, 364; existência, 62.243.

CACAU: — O mercado do disponível continua sempre mais ou menos quieto e fraco, colando-se para embarque: S. Tomé 27/-; Trindade, 31/- a 33/-; Epoca Aribba, 32/- e Costa Rica, 26/6 d. cif; Baía, Dezembro-Febrero, vendedores, 22/- c & f.

CAFÉ: — Mercado quieto mas mais ou menos firme, colando-se o Superior de Santos e N.º 7 do Rio, para embarque imediato, a 46/3 e 39/9 c & f.

## BIBLIOGRAFIA

### Cartas de Moçambique, por Mário Costa.

Há um factor comum admirável a todos os livros de Mário Costa: é a mocidade do seu patriotismo. O tenente Mário Costa, neste bom combate pela grandeza e prestígio da Pátria, dentro da qual muito humana e justamente, concede a Moçambique um lugar de eleição, tem-se batido galhardamente através duma obra interessantíssima de técnico e uma tarefa ardente de propagandista.

"Cartas de Moçambique," retalhos de prosa que ele mesmo sub-intitula "De tudo um pouco," são bem as cartas que um português como Mário Costa escreveria aos portugueses da Metrópole, se em lugar de imprimir a sua prosa a confiasse aos cuidados do correio.

Não pretendeu Mário Costa, decerto — e isso é evidente no desarrumo que propositalmente deu aos assuntos do seu livro — fazer uma obra literária.

Quiz fazer obra sadia de patriotismo — e isso alcançou-o inteiramente.

São ainda de registar informações e notas que os estudiosos coloniais decerto vão arrecadar em lugar de honra nos seus *dossiers*.



### Esta é a verdade sobre Salazar, por Henrique Cabrita.

A figura do presidente do Conselho tem tentado vários escritores: uns para lhe definirem o carácter, outros para lhe enaltecerem a obra. Não encontrou ainda, infelizmente, o eminente homem público, que de facto constituiu glória do seu país e da sua geração, o cronista digno dele. E entre os que o têm enaltecido — por sincera admiração que não excede, em regra, o ambiente dum sentimentalismo sem disciplina, nem elevação, — falta o homem de coração e de espírito, de Razão e de Sentimento, capaz de nos apresentar em verdadeira grandeza a figura admirável de Salazar.

Henrique Cabrita escreveu um livro que não é diferente de outros que se tem escrito: uma verdade sobre Salazar que é inferior a Salazar.

Ficam de pé as suas intenções. E essas ninguém, estou certo, deixará de reconhecer boas e insuspeitas.

# “Portugal Colonial” em Gondomar

## Gondomar

O concelho de Gondomar e, mórmente a sua sedc, S. Cosme de Gondomar, a cinco quilómetros da cidade do Pôrto, tem sido vítima dum secular desleixo que só se explica pela indiferença ou falta de bairrismo de seus habitantes e pelo desprezo da parte dos poderes públicos que nunca lhe prestaram a atenção a que tem jus. Sim. Como nenhuma outra região do País, Gondomar tem nas suas entranhas uma das maiores riquezas : minérios — assim o atestam os registos de minas. — excelente antracite de S. Pedro da Cova, filão inesgotável que já vem sendo também explorado em Midões, outro lugar da freguesia da Sousa, do mesmo concelho.

O seu sub-solo, desde os remotos tempos dos Arabes e dos Romanos, tem sido rebuscado, em vários pontos, e nêle se desco-

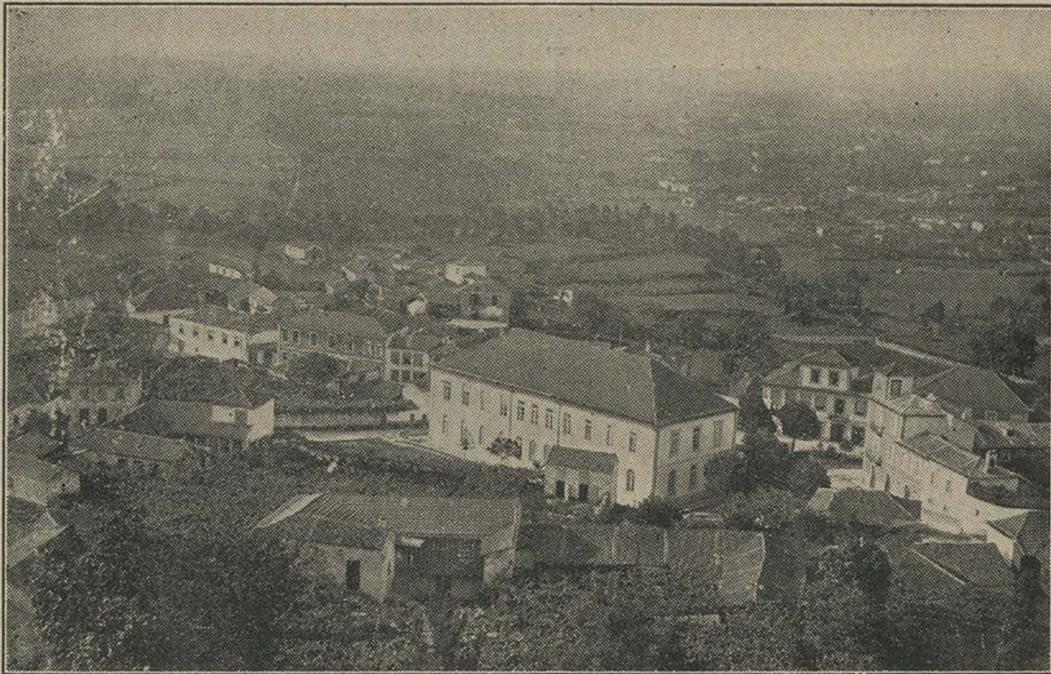
ciar o melhor panorama de Portugal — porque nem o Bom Jesus, nem Santa Luzia, nem Sintra, nem o Buçaco o excedem no dilatado do horizonte no afoquear dourado dum sol-poente, nem no rico das suas leiras, quadrangulares, semelhando tapetes de fantásticos desenhos, nem na tonalidade e diafanidade da sua luz e amenidade do seu clima saudável, assegurado pelo ar balsâmico que respiram os seus vastos pinheirais e matas. Os doentes do Pôrto, já hoje buscam esta terra, para descanso e tonificar os pulmões.

Foi assim pródiga para Gondomar a Natureza.

Mas entremos nos domínios da indústria e não será menor o assombro que causará a actividade de seus 20.000 operários, em misteres diversos, qual dêles o mais desenvolvido e aperfeiçoado.

Esta é a famosa terra da ourivesaria, mórmente em filigrana de ouro e prata, de tão intensiva produção que sustenta, para dar razão a tanto labor, uma contrastaria privada.

As obras executadas nas oficinas dos nossos ourives criaram



VISTA GERAL DE GONDOMAR

briram o ouro, a prata, o ferro, o mercúrio, e sobretudo o antimónio.

Mas passando da riqueza mineira para a fertilidade assombrosa dos seus campos, bem lavrados para sementeira e cobertos de messes douradas nas colheitas, havemos de reconhecer que nenhum outro concelho se lhe avantajava. Só êle sustenta a cidade vizinha ; êle só com cerca de 50.000 habitantes e a cidade com cerca de 300.000, pode alimentá-la dos seus produtos agrícolas. Produção considerável de milho, centeio, cevada, batata, vinho, cebola, nabo, o famoso nabo dum sabor único, enfim, ludo quanto de melhor há em hortaliças e legumes exporta em larga escala.

Tem mesmo, desde tempos antiquíssimos, uma abundante exportação de cebola para Inglaterra, bem como de cortiça, toros de pinho, gado bovino, etc., etc.

Ê terra mimosa que o paciente lavrador afaga com as carícias do arado e do adubo. Ê este terreno, que cerca as casarias assombra, pela variedade de côres, banhado do caricioso sol que lhe dá o ouro das abundantes searas.

Os montes, de contornos graciosos, são como esmeraldas engastadas em túnicas louras de gigantes jacentes ; o seu lindíssimo monte Crasto convida o povo da cidade e dos arredores a permanecer horas esquecidas na sua crista arredondada, para dai apre-

nome nos melhores mercados estrangeiros, como sejam os do Brasil, da Espanha, da África, etc. Mas os ourives de Gondomar, sendo os melhores do mundo em certos artefactos, têm cá dentro outros rivais — os marceneiros — que em trabalhos de madeira imprimem, com rudimentares estudos, delicadíssimos traços e relêvos caprichosos em tudo que constitua um mobiliário sumptuoso de arte e de luxo.

¿ Dir-se-á constituir isto apenas a vida industrial dêste povo ?

Já era muito ; mas a multiplicidade de suas aptidões e a necessidade da sua expansão comercial levantaram importantes indústrias que seria fastidioso citar. Só S. Pedro da Cova, com as suas minas de carvão, sustenta uma numerosa família operária.

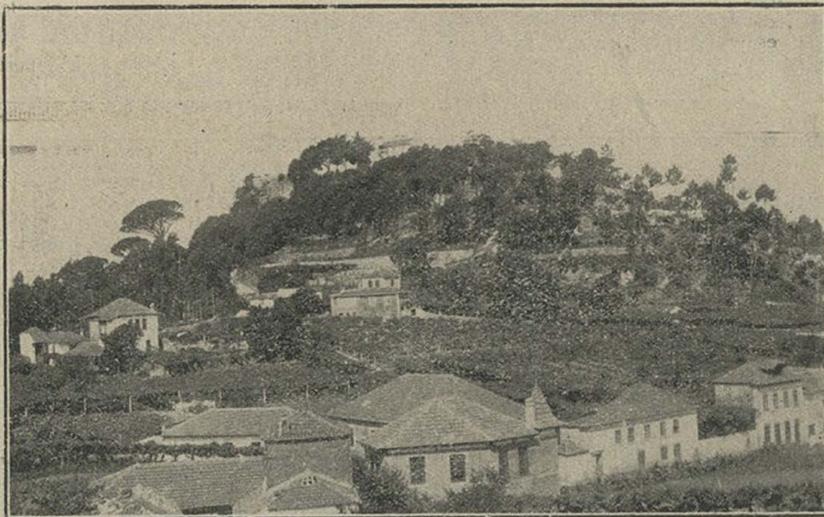


Gondomar, já em 1845, pela voz da sua municipalidade, rogo com toda a justiça, dos poderes do Estado, o título de Vila ; mas mercê da indiferença das instâncias superiores, a sua pretensão perdeu-se no cesto dos papéis inúteis. Hoje, porém, Gondomar (82 anos depois) conta já com um futuro comercial invejável, excelentes meios de comunicação e transporte para a cidade do Pôrto; tem luz eléctrica nas freguesias de Fânzeres, Rio Tinto, S. Pedro

da Cova e S. Cosme, além dum grande movimento diário de camionetas para passageiros que todos os dias e a tôda a hora, atravessando as onze populosas freguesias do concelho no seu constante tráfego comercial.

Hoje Gondomar dispõe de um belo e grandioso edificio dos Paços do Concelho, de escolas primárias, tanto officiaes como particulares que, mercê de insistentes reclamações têm levantado o nível mental d'este povo; e dispõe de uma escola industrial que vai aperfeiçoando a habilidade nativa de seus filhos para os diversos ramos das indústrias regionaes, de modo que o arado e o remo, o buril e o cinzel, o marlete e o tear, o forno e o livro, entram todos num enlace fraternal para darem vida triunfante, ritmo vitorioso ao trabalho que é o seu melhor brazão e o mais retumbante pregão da sua fama.

JOSÉ MARIA.



VISTA GERAL DE MONTE CRASTO.—GONDOMAR

## Gondomar, terra bendita

*Gondomar, terra bendita  
Rincão formoso e fecundo*

DO HINO DO ORFEÃO  
DE GONDOMAR.

**D**OS muitos concelhos de Portugal, Gondomar é dos mais importantes. Vivendo na dependência manifesta da cidade do Pôrto; as hortaliças, os legumes, as sementes, as novidades, como lhe chamam os lavradores, saem de Gondomar, caminho da cidade, e representam o trabalho daqueles que da terra sabem tirar o máximo.

É sem dúvida pela agricultura que estes dois meios se beijam demorada, quotidianamente. As moçoilas com almas de cristãs em corpos de lavradeiras tostadas pelo sol lá vão seguindo, estrada abaixo, ufanas do prémio da sementeira. Carros a chiar, os moços com as primeiras hortaliças, que das últimas, só experimentam o sabor quando baixarem os preços. O milho, o vinho, o centeio, as ervilhas em sacos de estopa branca colocados a capricho num carro puxado por bois gordos com canga de talha lôsea, seguem para os mercados.

Através de produtos agrícolas, Gondomar e o Pôrto fazem negócios muito em segredo, que poucos conhecem mas que ambos realizam na santa paz do Senhor. Porém, a actividade do meu concelho não é exposta, unicamente, nos mercados do Bolhão e do Anjo porque as vitrines das ourivesarias mostram filigranas cuja confecção é exclusiva de Gondomar, jóias a que, desgraçadamente, só falta um poder que obrigue tôda a gente a avaliar do trabalho da manufactura.

Além disso, os marceneiros que aqui se encontram *porta sim porta não*, transformam toros disformes em peças de mobiliário

que o aristocrata guarda no palacete ornado de cristais lapidados e mármore de Extremôz.

Esta multidão de trabalhadores, contudo, não regaleia um esforço em prôl duma terra melhor, digna do seu papel, a cidade; pelo contrário, é dos falhos de capital que Gondomar recebe o adorno tantas vezes à custa do suor dum pobre casciro que bebendo água-pé, vende o seu melhor vinho verde, dum ourives que fabrica filigranas... para os outros, dum marceneiro que se contenta com um armário de pinho corcómico e levanta na oficina lindos guarda-plateas de noqueira, carvalho e pau preto. Em suma, aos modestos trabalhadores deve Gondomar a manutenção de muitas associações, algumas com casas próprias, a posse de dois jornais semanários que fazem a propaganda do concelho, etc. Haja em vista, que os bemfeitores têm rareado e os poucos que houve deixaram legados de somenos importância.

As belezas que o concelho possui chamam todos os dias, es-

pecialmente aos domingos, uma multidão considerável de pessoas que vêm até aqui espiaçar as contrariedades da vida cittadina.

É que um "tripeiro", subindo a torre dos Clérigos e lançando a vista de redor não encontra por entre o casario espesso que se ajoelha na sua frente um lugar compensador do ruído de automóveis, da vida de café, cu sci lá, de tanto molim a que está habituado. Só naqueles campos de verde esmeralda que se divisam ao longe, no sopé das serras—titans que fazem sentinela à sempre invicta cidade—se pode sentir o prazer que a Natureza proporciona...

Gondomar, a quem a Natureza prodigalizou tantos benefícios, possui recantos de maravilha.

As ruínas de S. Pedro da Cova, por exemplo, que constituem o mais importante centro mineiro da exploração de antracite em Portugal, fazem parte do concelho de Gondomar.

A-pesar-de se encontrarem a dez quilómetros da cidade e serem servidas por carros eléctricos em carreira regular, são pouco visitadas.

Ao contrário, Monte Crasto tem sido, há anos a esta parte, muito procurado por aqueles que pretendem admirar um dos mais lindos panoramas do norte do país.

Um documentário cinematográfico que correu por muitos cinemas de Portugal apparecia o Monte Crasto com a denominação de "Buçaco em miniatura".

Os melhoramentos de que tem sido objecto fazem dessa colina graciosa, um local de indubitável interesse turístico.

No cimo, uma capelinha branca, é monumento que atesta à fé dos antepassados e guardida dos que rezam, dos que repartem os contralempos da vida com Deus misericordioso. Logo abaixo um campo de patinagem, para os que ao desporto oferecem o melhor da existência e, outrosim, entrelêm os que gostam de rir-se, de gozar a vida.

Aqui uma cervejaria, acolá uma gruta... Dêste miradouro natural uma paisagem linda, variada, multicolor; daquele um panorama mais lindo ainda, visto de cima do lençol verde que recobre amigavelmente a encosta.

Recintos, mesas e na secretaria da Irmandade, o pior : muitos projectos, inúmeros planos de aformoseamento. E dinheiro ? Aparecem os versados em finanças, conta-se o saldo desta ou daquela obra e, caso interessante, dá sempre o mesmo resultado: uma conta de prova fácil, um zero.

Já há muito tempo que os habitantes da cidade da Virgem são merecedores dum retiro alegre onde se respire outro ar, mais doce, e melhor.

E este pode ser o Crasto, que situado a 7 quilómetros do Pôrto, servido por óptimos meios de comunicação, ensombrado e saudável robustece o corpo e satisfaz a alma.

Braga, Viana, Guimarães não podem ser visitados pelos poucos afortunados da segunda cidade do Império, tamanha é a distância a que se encontram e, conseqüentemente, o dispêndio que é necessário fazer.

Daí, a esperança que alimenta Gondomar de, no futuro, receber, mais insistentemente ainda, a visita dos sinceros "tripeiros", seus irmãos no berço do Infante de Sagres e de Almeida Garrett.

A fé nos destinos do concelho e na heróica cidade do Pôrto, anima-nos a esperar melhores dias.

MÁRIO MARTINS DE CASTRO.



EDIFÍCIO DA CONTRASTARIA -- GONDOMAR

## Pró Gondomar

**P**OUCAS palavras : apenas aquelas palavras sinceras filhas do meu natural baírrismo.

São escritas por Gondomar, por este rincão formoso e fecundo, erguido magestosamente a poucos quilómetros da cidade Invicta.

Qualquer empreendimento deste carácter me entusiasma: tudo que seja Pró-Gondomar enche de alegria minha alma, habituada às paisagens lindas e pitorescas da minha querida terra !

O concelho de Gondomar, com os seus quarenta e oito mil habitantes é, sem dúvida, um dos mais populosos do distrito do Pôrto.

E este povo humilde de lavradores, gente habilidosa de ourives e marceneiros não deixa todavia de guardar no íntimo do seu coração um sentimento grande— mesmo nobre ! — pelo seu torrão natal : um sorriso expositivo para as belezas naturais da terra que lhe foi berço . . .

E quem sabe se nos seus corações— corações de homens que, na maior parte, economicamente de pouco podem dispôr— existe a verdadeira noção de benemerência que os tornaria grandes se fôsem ricos ? !

E por isso que me dirijo a vós, conterrâneos pobres e humildes, que tam bem sabeis unir a poesia ao trabalho !

Gondomar necessita do vosso esforço !

Orgulhai-vos de serdes Gondomarcenses, porque a nossa terra

foi dotada pela Natureza com a côr verde dos nossos campos, com o clima ameno que nós respiramos, com um Monte lindo, aprazível e incomparável que tanto nos engrandece !

O visitante conhece Gondomar pelo Monte Crasto ; façamos-lhe conhecer, mais logicamente, o Crasto por Gondomar . . .

É necessário para que a nossa Terra chegue a um maior Progreso, ao qual tem direito, uma propaganda justa de Gondomar ! Que o Crasto seja a "alma", dessa propaganda, não se olvidando porém que Gondomar é maior.

Mostrai ao visitante o Crasto com os seus grandiosos panoramas : dum lado, a Cidade da Virgem banhada pelo rio ; do outro, verdes prados ; mais além, as frondosas serras . . . e, em silêncio, deixai-me fitar . . . e admirar, estes dois últimos quadros . . . porque eles são, quem na verdade, me encanta :

Tudo que me rodcia é belo, é lindo !

Alé o horizonte azul, infinito,

Parece que te beija meigamente . . .

Gondomar, 21-1-935.

MANUEL DE ÁGUIAR.

# COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

Território de Manica e Sofala—África Oriental Portuguesa

**CAPITAL—BEIRA**

Recompensas obtidas pela representação desta Companhia na Exposição Colonial do Pôrto :

Descobertas, Conquista e Colonização	<b>GRANDE</b>	<b>PRÉMIO</b>
Poder Central . . . . .	»	»
Medicina e Higiene . . . . .	»	»
Urbanização . . . . .	»	»
Portos . . . . .	»	»
Caminhos de Ferro . . . . .	»	»
Minérios . . . . .	»	»
Etnografia (nsos e costumes) . . . . .	»	»
Conjunto (interior e exterior do pavilhão) . . . . .	»	»
Povoamento europeu . . . . .	<b>DIPLOMA</b>	<b>DE HONRA</b>
Instrução nas Colónias . . . . .	»	»
Assistência Científica . . . . .	»	»
Portos . . . . .	»	»
Comunicações em geral . . . . .	»	»
Processos de cultura e exploração . . . . .	»	»
Matérias primas, alimentares e industriais . . . . .	»	»
Pecuária (produtos e derivados) . . . . .	»	»
Arte indígena . . . . .	»	»
Monografia e documentário fotográfico . . . . .	»	»
Assistência espiritual . . . . .	<b>MEDALHA</b>	<b>DE OURO</b>
Ourivesaria e bijouteria . . . . .	»	»
Propaganda e turismo . . . . .	»	»
Artes gráficas . . . . .	»	»

**Foram ainda concedidas a expositores que estiveram representados no Pavilhão da Companhia de Moçambique as seguinte recompensas :**

**1 Grande Prémio e 5 Medalhas de Ouro**

TOTAL DAS RECOMPENSAS OBTIDAS

GRANDES PRÉMIOS . . . . .	10
DIPLOMAS DE HONRA . . . . .	14
MEDALHAS DE OURO . . . . .	5

**Sede em Lisboa — LARGO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 10**

# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1930	1931	1932	1933		1934					
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Outubro	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
LISBOA (cidade)	100	1.726	1.302	1.636	1.304	1.119	1.325	1.335	1.271	1.382	1.135	1.260

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Outubro de 1934

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	633.894	13.904.905	—	—	7.691.297	2.316.489
Banco N. Ultramarino (Sede) ..	16.006.961	9.215.713	171.856.041	87.200.543	144.656.595	119.005.190

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1934 15 de Novembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	37\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	27\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	18\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	120\$00
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	58\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	57\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	(c) —
Café do Cazengo (de 2. <sup>a</sup> ).....	»	120\$00	56\$00
Coconote.....	»	33\$00	12\$00
Copra.....	»	42\$00	13\$50
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(d) 19\$50
Rfício.....	»	27\$00	13\$00
Gergelim.....	»	34\$00	(d) 17\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	6\$00
Cera.....	»	16\$00	(e) —
Cola.....	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	1\$20
Milho.....	»	\$94	\$74
Coiros.....	»	15\$00	5\$20

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado (e) Em tambores.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Novembro de 1934

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Novembro	Janeiro a Novembro	Novembro	Janeiro a Novembro
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	464.530	7.878.268	1.124.859\$00	16.849.914\$00
Café .....	642.363	3.915.140	2.133.513\$00	12.417.347\$00
Cera .....	50.774	846.938	436.728\$00	6.245.542\$00
Outras mercadorias .....	103.769	1.206.083	283.187\$00	2.739.751\$00
Total .....	1.261.436	13.846.429	3.978.287\$00	38.252.554\$00
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	—	3.599	—	9.000\$00
Café .....	499.308	2.536.702	1.822.480\$00	8.446.180\$00
Cera .....	28.722	150.000	247.600\$00	1.257.405\$00
Óleos de palma e côco .....	24.236	86.120	20.500\$00	66.060\$00
Outras mercadorias .....	363.522	4.168.381	494.080\$00	5.891.996\$00
Total .....	915.788	6.944.802	2.584.660\$00	15.670.641\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Novembro de 1934

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	580.904	—	4.338.884	—	—	—
Açúcar .....	17.334.000	—	—	39.841.421	—	—
Café .....	4.108.116	39.303	338	411	208.798	4.452
Trigo em grão .....	6.555.352	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	678.167	19.137	121.721	38.032	366	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	478.380	—	—	1.594.977	—	—
Sementes oleaginosas .....	9.107.100	1.000.442	21.034.226	779.445	4.062.914	—
Milho .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	6.086	215	397	11.225	231	3.479
» da Madeira (decalitros) .....	44	—	—	96	—	—
» comuns tintos (decalitros) .....	547.203	14.099	48.298	411.473	42.851	20.373
» » brancos (decalitros) .....	123.398	2.422	8.461	331.395	4.246	2.102
» licorosos (decalitros) .....	5.957	713	143	1.510	—	13.592
Conservas de vegetais .....	128.894	2.995	19.517	185.408	9.518	23.891
Sardinhas em salmoura .....	1.141	18	—	700	230	—
Conservas de sardinha .....	40.723	2.095	4.150	116.583	6.051	7.871
Conservas de peixe não especificado .....	1.953	78	422	22.751	27	—
Cortiça em rolhas .....	399	90	35	2.656	90	660

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		13 de Dezembro		15 de Janeiro	
						C.	V.	C.	V.
85\$00	83\$00	4-7-1934	1933	L. 4\$00	Agrícola das Neves .....	79\$00	82\$00	85\$00	87\$00
—	80\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	Agricultura Colonial (Soc) .....	77\$00	79\$00	81\$00	—
395\$50	375\$00	17-3-1934	1933	L. 15\$00	Açúcar de Angola .....	395\$00	398\$00	384\$00	390\$00
—	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/3	Boror .....	31\$00	35\$00	30\$00	35\$00
—	—	—	1927	—	Cabinda .....	—	—	10\$00	12\$00
35\$50	35\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ....	38\$00	39\$50	35\$40	37\$00
—	—	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em. ....	—	—	33\$00	—
—	—	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação .....	—	—	—	—
145\$00	131\$00	1-5-1934	1933	L. 5\$00	Ilha do Príncipe .....	132\$00	134\$00	143\$00	144\$50
11\$60	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25 .....	9\$00	9\$30	11\$50	11\$80

# Situações semanais do Banco de Portugal

1934

ACTIVO			PASSIVO		
Designação	Em 21 de Novem. Escudos	Em 28 de Novem. Escudos	Designação	Em 21 de Novem. Escudos	Em 28 de Novem. Escudos
Encaixe-ouro :			Capital realizado . . . . .	100.000.000	100.000.000
a) Caixa-ouro—metal . . . . .	901.516.952	901.558.992	Fundos de reserva :		
b) Caixa-ouro depositado noutros Bancos . . . . .	825.000	825.000	Geral . . . . .	4.410.724	4.410.724
Disponibilidades-ouro no estrangeiro e outras reservas (artigo 27.º dos estatutos e decreto n.º 22:496, de 4 de Maio de 1933) . . . . .	419.835.013	422.909.458	Especial . . . . .	71.710.724	71.710.724
Outras disponibilidades em várias moedas . . . . .	34.759.886	33.110.329	Notas em circulação . . . . .	2.037.018.360	2.052.167.960
Moeda divisionária . . . . .	14.983.371	14.915.021	Outras responsabilidades-escudos à vista :		
Diversos títulos de crédito . . . . .	69.682.725	69.670.479	1. Depósitos e contas-correntes :		
Carteira comercial—Letras do País e outras . . . . .	315.198.869	322.962.014	a) Tesouro Público—Conta corrente . . . . .	419.576.220	400.894.344
Empréstimos e suprimentos . . . . .	—	—	b) Junta do Crédito Público . . . . .	7.377.195	6.274.091
Tesouro Público—Conta corrente . . . . .	—	—	c) Bancos e banqueiros . . . . .	362.156.400	369.370.623
Dívida do Estado . . . . .	1.049.444.546	1.049.444.546	d) Outros depósitos . . . . .	17.172.522	21.721.993
Edifícios, máquinas e móveis . . . . .	37.278.137	37.285.631	e) Diversos . . . . .	9.303.353	7.213.530
Outras verbas do activo :			2. Cheques a pagar . . . . .	1.275.115	1.116.529
a) Efeitos depositados . . . . .	375.279.739	375.571.498	Responsabilidades em moeda estrangeira :		
b) Diversos . . . . .	637.337.064	637.773.193	a) Saldos no estrangeiro e outras responsabilidades (artigo 28.º dos estatutos) . . . . .	203.908	37.917
			b) Diversos . . . . .	958	959
			Responsabilidades a prazo :		
			a) Em escudos . . . . .	—	—
			b) Em moeda estrangeira . . . . .	—	—
			Outras verbas do passivo :		
			a) Credores de efeitos depositados . . . . .	375.279.739	375.571.498
			b) Diversos . . . . .	450.656.084	455.535.259
				3.856.141.302	3.866.026.151
	3.856.141.302	3.866.026.151			

## Proporção das reservas para as responsabilidades-escudos à vista

Designação	Em 21 de Novem. Escudos	Em 28 de Novem. Escudos
Encaixe-ouro . . . . .	902.341.952	902.383.991
Disponibilidades no estrangeiro e outras reservas (n.º 2 menos a alínea a) do n.º 16) . . . . .	419.631.105	422.871.541
	1.321.973.057	1.325.255.532
Notas em circulação . . . . .	2.037.018.360	2.052.167.960
Outras responsabilidades-escudos à vista . . . . .	816.860.805	806.591.110
	2.853.879.165	2.858.759.070
Proporção . . . . .	46,32 %	46,35 %
<b>Taxa de desconto 5 1/2 % (a)</b>		

(a) A partir de 11 de Dezembro de 1933 as taxas a aplicar pelo Banco de Portugal nas suas operações de desconto são as seguintes: na sede e na caixa filial do Porto, 5 1/2 por cento; nas agências, tanto do continente como das ilhas adjacentes, 6 por cento.

# “O MUNDO PORTUGUÊS”

GRANDE REVISTA  
DE ARTE E LITERA-  
TURA COLONIAIS

EDIÇÃO DA AGÊNCIA  
GERAL DAS COLÓNIAS  
E DO SECRETARIADO  
DE PROPAGANDA NA-  
CIONAL

DIRECTOR:  
AUGUSTO CUNHA

TODOS DEVEM  
LER O

“MUNDO PORTUGUÊS”

TELEFONES | 2 0651  
| 2 0652

REDACÇÃO:  
RUA DA PRATA, 34  
LISBOA

MARCA REGISTRADA



N.º 1153

OFICINA DE OURIVESARIA  
EM OURO E PRATA

DE

ALBERTO DIAS DE MAGALHÃES



Especialidade em filigranas  
simples e com aplicações  
de esmalte

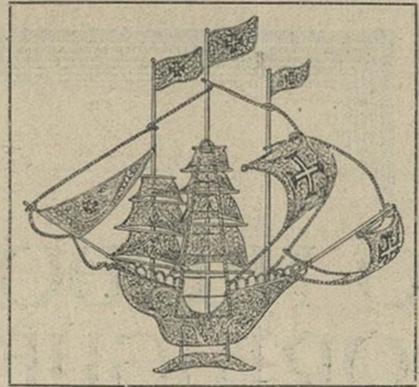


GRANDE PRÊMIO NA  
EXPOSIÇÃO DE SEVILHA



TELEFONE 49

VALBOM—GONDOMAR



OFICINAS DE OURIVESARIA  
Domingos Martins Ferreira & Filhos

GONDOMAR

CASA FUNDADA EM 1895

PREMIADA NA EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS (1931)  
EXPOSIÇÃO DE SEVILHA (1929)  
E 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NO PORTO (1934)

Fabricantes de artigos de ourivesaria e filigranas,  
podem executar tôda a espécie de encomendas  
que lhes sejam dirigidas aos melhores preços e com  
a precisa rapidez, pois que possuem  
grande stock de todos os fabricos de ouro e prata.

## Manuel da Silva Monteiro

OURIVES-FABRICANTE-FORNECEDOR

GRANDE SORTIDO EM CORDÕES, VOLTAS,  
CORRENTES, BRINCOS, CABEÇAS, ALIAN-  
ÇAS, ASSIM COMO TODOS OS ARTIGOS  
CONCERNENTES À SUA ARTE.

Relógios das melhores marcas, garantidos

COMPRA E VENDE OURO E PRATA

EXPORTAÇÃO PARA A ÁFRICA E ESTRANGEIRO

Premiado na Exposição de Sevilha

Quintela — Vila de Gondomar — PORTUGAL

## MANOEL VIEIRA

LOGAR DE LAMAS, 155 — TELEFONE 67

GONDOMAR

GRANDE DEPOSITO DE MADEIRAS NACIONAIS  
E ESTRANGEIRAS. CONTRAPLACADOS E FO-  
LHAS DE CUTELO. SEMPRE EM DEPOSITO UM  
SORTIDO VARIADO DE FOLHAS DE RAIZ, A  
PREÇOS DE CONCORRÊNCIA. TODAS AS FER-  
RAGENS E FERRAMENTAS USADAS NA MAR-  
CENARIA, COMO FECHADURAS PARAFUSOS E  
JIROS. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL,  
COMO TINTAS, TELHA, TIJOLOS, GESSOS CI-  
MENTO E VIDROS.

Correspondente da casa Bancária CUPERTINO DE MIRANDA & C.ª



Fábrica de Lançadeiras a Vapor

DE

JOSÉ MARTINS MARQUES

CASA FUNDADA EM 1880

Para a indústria de Fiação e Tecidos  
e muitos outros artigos em madeira

PREMIADA EM VÁRIAS  
EXPOSIÇÕES

MEDALHA DE PRATA  
E DIPLOMA DE HONRA

NA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA (1932)

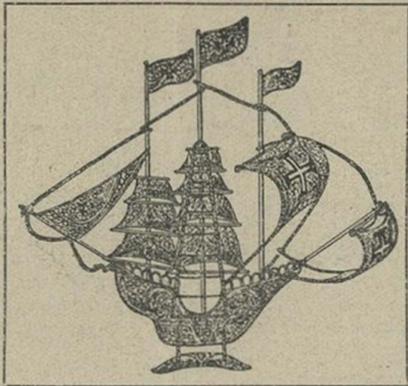
MEDALHA DE OURO  
E DIPLOMA DE HONRA  
NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA (1934)

Fanzeres—Avenida da Carvalha

Correio de Rio Tinto—Gondomar—PORTUGAL

Telefone 14—Rio Tinto





**Manufatura de Artigos de Ourivesaria**

CASA FUNDADA EM 1880

DE

**GASPAR VIEIRA**

Sucessor de Vicente Gaspar Vieira & Filho Suc.

**OURIVES - FABRICANTE - FORNECEDOR**

As mais lindas, artísticas e inimitáveis filigranas portuguesas.  
Pratas cinzeladas e grande variedade de artigos de ourivesaria.  
Exportador para Ilhas, Colónias Portuguesas e Estrangeiro

DEPÓSITO PERMANENTE PARA REVENDA

**Rua do Bomfim, 217 — PORTO — Portugal**

Telefone 2299

**J. Caetano Pereira & Filhos**

**OURIVES**

OFICINA E DEPÓSITO DE BOM SORTIDO  
DE ARTIGOS DE OURO E PRATA

**Praça Manuel Guedes**

**GONDOMAR - PORTUGAL**

TELEFONE - CABINE 2

**OFICINA DE OURIVESARIA**

DE

**José Teixeira dos Santos**

ESPECIALIDADE EM ARTIGOS  
DE FILIGRANA  
COM APLICAÇÕES DE ESMALTE

**Rua Novais da Cunha, 17**

**Vila de Gondomar - PORTUGAL**

**PERFEITO & C.<sup>A</sup>**

FABRICANTES E FORNECEDORES DE OURIVESARIA  
PARA A METRÓPOLE, ILHAS E COLÓNIAS PORTUGUESAS

OFICINA :

**VILA DE GONDOMAR**

ESCRITÓRIO :

**Avenida Rodrigues de Freitas, 189**

Telefone 6251

**PORTO - PORTUGAL**

**GERMANO JOSÉ DE CASTRO**

COM

**OFICINA DE OURIVESARIA**

APUROS DE ESCOVILHA  
DE OURO OU PRATA

NA

**CASA DO ARCO**

**GONDOMAR**

**ANTÓNIO DE SOUSA RAMOS**

ESTANCIA DE MADEIRAS  
NACIONAIS E ESTRANGEIRAS  
CONTRAPLACADOS  
FOLHAS DE FACA

**Valbom - GONDOMAR**

**19, Rua Dr. Joaquim M. da Costa, 20**

Telefone 63 - Gondomar

## "Portugal Colonial,, SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

**N**O INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA "PORTUGAL COLONIAL,, ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

**T**ODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSAÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

**N**ÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

**N**ÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÉLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

**S**E QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCRVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

**T**UDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

**S**E PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

**P**ARA A EXPANSÃO DA "PORTUGAL COLONIAL,, O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPÇÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

**T**ODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6500 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL,, — RUA DA CONCEIÇÃO, 55, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS "MINERVA,,.

# ANTRACITE NACIONAL

## DAS MINAS DE CARVÃO DE S. PEDRO DA COVA

O melhor combustível para motores,  
superior ao da origem estrangeira.

Carvões nacionais próprios  
para indústrias e cosinhas.

**ENTREGAS IMEDIATAS AOS MELHORES PREÇOS**

Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova  
Praça Almeida Garrett, 41—PORTO

# FÁBRICA DAS ANTAS

S. A. R. L.

FUNDADA EM 1895

Rua da Vigorosa, 654—PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 972

AS MAIORES INSTALAÇÕES DO PAÍS PARA O FABRICO  
DE ARAME FARPADO E REDE DE ARAME PARA VEDAÇÕES

Malhas de Ferro para cimento armado e estuques.—Pregaria de arame, polida  
ou zincada, para construções.—Pregaria, cravinhos e cardas  
para calçado e outros usos.—Parafusos com rosca para madeira, em ferro e latão

OS SEUS PRODUTOS IMPÕEM-SE PELO  
SEU ESMERADO FABRICO E EMBALAGEM

DEPÓSITOS no Norte do País: AVEIRO, BRAGA, BRAGANÇA, CHAVES, COIMBRA, FIGUEIRA DA  
FOZ, GUIMARÃES, OLIVEIRA DE AZEMEIS E VISEU

Agências nas ilhas adjacentes e colónias portuguesas:

BEIRA	ANGOLA	CABO VERDE	MADEIRA	AÇORES
C. MOÇAMBIQUE	Raul Lelo	A. Martins & C. <sup>a</sup>	Leonel G. Luiz, L. <sup>da</sup>	Viriato M. Pereira
H. G. d'Almeida, L. <sup>da</sup>	Caixa Postal 147 Telefone 157	Caixa Postal 35	Caixa Postal 79	R. Marquês da Praia, 12 PONTA DELGADA
Caixa Postal 112	LUANDA	S. VICENTE—CABO VERDE	FUNGHAL—MADEIRA	S. MIGUEL—AÇORES



# LOTARIA

DA

## MISERICORDIA DE LISBOA

---

---

EXTRACÇÕES SEMANAIS

1.º Prémio 400.000\$00

---

67 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> % do capital são distribuídos em prémios

---

Os lucros líquidos revertem a favor do Estado,

Misericórdia, Hospitais Civis, Casa Pia

e Direcção Geral de Assistência